

DEZ
1965

revolução popular

- 2 - João Pulido Valente e Sebastião Capilé nas garras da Pide
- 3 - Os Comunistas e a guerra colonial
- 13 - "Revolução Popular" na imprensa marxista-leninista
- 14 - Isolar e aniquilar os "sindicatos" fascistas
- 25 - O P.C. do Vietname contra o revisionismo moderno
- 27 - Relatório dum militante sobre uma questão disciplinar
- 35 - A eficácia sem linha não é nada
- 37 - Para um estilo bolchevique
- 40 - A ditadura do proletariado na Comuna de Paris

6

orgão do

comité marxista-leninista português



JOAO PULIDO VALENTE E SEBASTIAO CAPILE NAS GARRAS DA PIDE

João Pulido Valente, destacado militante comunista com funções de responsabilidade na Frente de Acção Popular, foi preso pela Pide no dia 21 de Outubro de 1965, em Lisboa, onde se encontrava a desenvolver actividade, na clandestinidade, há já vários meses.

Com longo passado no combate antifascista, este camarada foi dos primeiros a cerrar fileiras na corrente revolucionária, atitude que o levou a ser objecto da mais estreita perseguição por parte dos revisionistas, perseguição que culminou, como é já do conhecimento geral, pela denúncia da sua presença em Portugal, nos órgãos do C.C. de Cunhal - "O Avante" - e "O Militante".

João Pulido Valente foi denunciado à Pide por um provocador, Mário Mateus, conhecido no meio operário onde operava sob o pseudónimo de "Evaristo". Esta denúncia abjecta teve como desenlace a detenção do camarada Pulido Valente que, sob o peso das torturas, tem sabido cumprir com firmeza o seu dever de comunista perante a polícia, a quem se negou, inclusivamente, a dar seu próprio nome!

O delator foi submetido a uma cerrada vigilância após a prisão de Pulido Valente, e, em breve, se acumularam sobre ele indícios acusadores. Uma vez comprovada a sua culpabilidade, depois duma confissão feita perante um tribunal revolucionário, o denunciador Mário Mateus foi condenado à pena de morte. A sentença foi rapidamente executada.

Esta justa execução é a prova do desejo da FAP de punir no futuro todos os delatores e agentes provocadores. E neste sentido podemos ler no órgão da FAP, "Acção Popular" que:

"O secretariado da FAP reafirma a sua decisão de castigar severamente os agentes da Pide provocadores e bufos, segundo a gravidade dos seus crimes.

"O secretariado chama todos os militantes e organizações integradas na FAP a reforçarem a vigilância contra a penetração de espiões e provocadores".

■

Por outro lado, o jovem operário corticeiro Sebastião Capilé foi preso em Almada. Detido no decurso da sua actividade clandestina, não temos no entanto, dados suficientes para determinar as circunstâncias da sua prisão.

■

Ninguém deixou de se aperceber que as severas penas atribuídas aos aderentes da FAP, presos em Novembro, refletiram a condenação e o medo de uma linha revolucionária, da parte do governo fascista; contrariamente ao que "previam" os revisionistas, não se tratou de pequenos puxões de orelhas a garotos inquietos mas de uma condenação formal de desesperada. Será esse medo e esse desespero, agora amplificado, com que depararão os camaradas presos. Terão pois, de ser graves as conclusões a tirarmos sobre os que, se bem que escrevendo que "Salazar tem escrita no coração a palavra traição", levantarem qualquer obstáculo ao desenvolvimento de uma campanha de solidariedade para com eles, como se verificou no processo de estudantes da FAP de Junho de 1965 onde os revisionistas colocaram todos os obstáculos possíveis a uma acção de solidariedade das Comissões de Amnistias Estrangeiras.

■ ■

OS COMUNISTAS E A QUESTÃO COLONIAL (1)

COMBATER O CHAUVINISMO IMPERIALISTA É A BASE DUMA EFECTIVA SOLIDARIEDADE AOS POVOS DAS COLONIAS

Há mais de 4 anos, os operários e camponeses de Portugal, obedecendo dócilmente à sua burguesia nacional, empunham as armas contra os trabalhadores coloniais e sufocam pela violência a sua luta libertadora.

Enquanto os povos de Angola, da Guiné, de Moçambique, tomaram as primeiras filas da luta mundial contra o capitalismo e o imperialismo e estão na vanguarda do movimento revolucionário de libertação, os trabalhadores portugueses estão a desempenhar o papel de força de choque da reacção mundial, de cão de guarda fiel da burguesia nacional e do imperialismo estrangeiro, na guerra mais cruenta em que Portugal se tenha envolvido desde há séculos. Nenhuma atenuante pode ocultar a gravidade deste facto, que é uma tremenda acusação para o movimento revolucionário português.



- Os povos africanos em armas contra o colonialismo português -
- Foto: Um guerrilheiro do PAIGC -

É certo que estas guerras vão terminar pelo triunfo absoluto dos povos coloniais. É certo que a burguesia portuguesa, depois de perder estas guerras de pressão, acabará por sua vez por ser varrida pela revolução proletária em Portugal. Tudo isto é certo mas não pode diminuir a gravidade da situação a que nós chegámos:

1961 foi também neste aspecto um ano de viragem. Os militantes comunistas, os elementos progressistas, eram embalados no mito do povo português unanimemente antifascista e anticolonialista, caminhando unido e a passos largos para o levantamento nacional redentor. E foi quando começaram a chegar de Angola fotografias de soldados risonhos, apresentando cabeças de africanos espetadas nas baionetas. Isto tinha que provocar e provocou uma crise profunda na consciência de todos os operários revolucionários, de todos os verdadeiros antifascistas.

Se quisermos desenvolver uma verdadeira luta anticolonialista, temos que ser implacáveis a encontrar e arrancar as raízes da actual situação.

1 - A UNIDADE ANTICOLONIALISTA

Durante as ultimas décadas, veio-se desenvolvendo uma corrente ideológica, largamente espalhada nos sectores antifascistas, que atira as responsabilidades do colonialismo exclusivamente sobre o governo de Salazar, ou que, quando muito (quando pretende fazer-se acreditar como marxista), consegue ir até à

denúncia da grande burguesia e do imperialismo estrangeiro, dando-nos o quadro dum colonialismo muito especial, quase à margem da sociedade portuguesa.

A acreditarmos os defensores desta corrente, o trabalho escravo, os genocídios e a pilhagem das riquezas coloniais começaram verdadeiramente sob a ditadura de Salazar e aproveitam em exclusivo ao grande capital, nacional e estrangeiro. Quanto ao "povo português" (entendendo-se nesta designação todos os que não fazem parte da grande burguesia e da clique fascista), estaria limpo de toda a mancha colonialista, seria alheio aos crimes cometidos sobre os povos coloniais por esse "punhado de multimilionários e degenerados", condenaria unanimemente a exploração colonial.

Pretende-se assim que, uma vez derrubada a ditadura fascista, a questão colonial encontrará fácil solução por um acordo geral de todas as forças antifascistas quanto ao direito de independência dos povos das colónias. Para estes antifascistas, a luta contra o colonialismo português integra-se na luta unida de todas as classes contra a ditadura de Salazar e é apenas uma das suas facetas. Daí naturalmente, que eles atribuam à luta armada dos povos coloniais a missão de colaborar no grande esforço comum pelo derrubamento da ditadura.

Manifestações desta ideologia podem encontrar-se, com diferentes matizes, nas mais diversas camadas da população, sendo expressas por dirigentes anti-salazaristas reconhecidos, como Cunha Leal, Alvaro Cunhal, Piteira Santos, etc. É isto que leva o "Militante" nº 130 a constatar que "existe uma larga base de acordo sobre o problema colonial entre as principais forças da Oposição".

A primeira questão a esclarecer portanto, por quem pretenda encetar uma luta real contra o colonilismo é a de saber se Portugal é um país tipicamente colonialista, imperialista, opressor e escravizador de outros povos, ou se constitui, por qualquer razão, um caso à parte, uma excepção fugindo à lei geral.

2 - O colonialismo português não é uma invenção de SALAZAR

Para aqueles que vêem no colonialismo e na guerra colonial invenções diabólicas de Salazar e da sua camarilha, talvez provoque espanto a afirmação de que a ditadura de Salazar não é a causa mas o efeito do colonialismo português. É no entanto um facto histórico.

Desde que, no fim do séc. XIX, a burguesia obteve, como servidora e cúmplice do imperialismo inglês, uma presa colonial riquíssima em África, a exploração colonial passou a ter um papel determinante na evolução da nossa sociedade. Recordaremos só alguns factos que o comprovam.

Após o terreno ter sido "limpo" pelas ferozes campanhas de "pacificação" conduzidas por Mousinho, Antonio Enes e Paiva Couceiro contra a resistência dos africanos, começam a instalar-se em Angola, S. Tomé e Moçambique, grupos de roceiros e comerciantes que prosperam à custa da exploração ávida dos trabalhadores nativos. Em 1900 há já 20 mil ocupantes portugueses em Angola e entram no país 33 mil toneladas de géneros coloniais (cacau, borracha, café), que são em grande parte reexportadas. Moçambique é retalhado pelas companhias inglesas (Comp. Moçambique, Comp. Zambézia, Comp. do Niassa), abre-se às sociedades açucareiras, torna-se uma reserva de trabalhadores escravos para as minas do Rand (1909), o que alarga as oportunidades à fixação de colonos. Na costa ocidental fundam-se grandes companhias agrícolas (Comp. Agrícola do Cazengo, Comp. de Moçamedes, Comp. Ilha do Príncipe) e os ingleses abrem o caminho do ferro de Benguela. Nas roças de cacau em S. Tomé, sob um regime de trabalho mortífero que provoca protestos internacionais, acumulam-se grandes fortunas.

A exploração colonial foi, com a emigração para o Brasil, o alicerce da prosperidade comercial e industrial a partir de 1890 e do revigoramento da bur

guesia, que até aí não tinha mercado para se desenvolver (1). Ela está na base das transformações sociais e políticas que levaram à instauração da República.

Compreende-se por isso que a burguesia republicana, engordada no suor e no sangue dos trabalhadores coloniais, tenha lançado o país na primeira guerra mundial imperialista, para que os ingleses lhe reconhecessem o direito de continuar a devorar tranquilamente a sua presa colonial. Esse crime cometido contra o povo português em nome da defesa da República (quase 23 mil mortos e estropiados nos campos de batalha em França e África) (2) - crime contra o qual há 40 anos não se eleva uma voz - foi também um crime contra os povos de Angola, Moçambique e Guiné, que sofreram novas campanhas de repressão feroz por parte das tropas portuguesas, sob a direcção superior de Norton de Matos .

Terminada a matança imperialista, que custou terríveis sacrifícios ao povo, a burguesia lançou-se com novo apetite à tarefa de roubar as matérias primas coloniais para as revender ao estrangeiro a baixo preço ou para as laborar na indústria nacional. A exploração colonial conhece nova expansão. Entre 1916 a 1920 começam a fixar-se centenas de colonos nos cafés de Angola. A CUP funda a sua empresa de navegação e lança-se na exploração das oleaginosas da Guiné (1918-1920). A Diamang, constituída em 1917 como filial da Anglo-American Diamond Corporation, obtém o exclusivo da pesquisa e extracção em 1921. O alto comissário em Moçambique, Brito Camacho, garante à grande sociedade açucareira inglesa Sena Sugar Estates facilidades especiais para o recrutamento de trabalhadores indígenas (1921). Funda-se o poderoso Banco de Angola (1926). Sousa Machado funda a Companhia Mineira do Lobito, depois de ter acumulado uma fortuna em tráficos sombrios. Proíbe-se o fabrico de bebidas alcoólicas pelos indígenas, para abrir o mercado colonial às exportações de vinho. O regime da descentralização administrativa e dos altos comissários, instituído pela República, vem dar nova amplitude à rapina colonial, acerca da qual se travam no parlamento sujos debates e querelas (como a que se travou em 1922 entre Cunha Leal e Norton de Matos) .

A importância que ganhara a exploração está documentada neste balanço, dado em 1916 : "Quase toda a indústria fabril da Metrópole vive exclusivamente dos mercados das nossas colónias, assegurados pelo artifício do proteccionismo pautal. À sombra desse regime, empenharam-se imensos capitais; deslocaram-se dos campos milhares de braços que constituíram uma numerosíssima classe operária; estabeleceu-se a permuta com os produtos coloniais que por seu turno são reexportados dos portos do Continente para o estrangeiro; constituíram-se empresas nacionais de navegação; em resumo, senão toda, uma grande parte da actividade da Nação passou a ser exercida nesse intercâmbio " (3).

Esta exploração frenética dos povos coloniais, levada a cabo sob palastras de ordem republicanas e democráticas, contribuiu de forma decisiva para a formação do primeiro núcleo da grande burguesia nacional (roceiros, comerciantes, latifundiários, industriais), que em 1926 lançou as bases do Estado fascista. A ferocidade do colonialismo fascista, que teve no Acto Colonial de 1933 a sua lei básica, não é mais do que a entrada do colonialismo português numa etapa superior, que viera sendo preparada através da monarquia e da República.

Aqueles que argumentam que atacar o colonialismo republicano é favorecer a propaganda fascista, responderemos que ocultar o passado do colonialismo português é ocultar a sua própria natureza e incapacitarmo-nos para um combate decisivo contra ele.

(1) Bento Carqueja, "O capitalismo moderno em Portugal", 1908.

(2) Norton de Matos, "História da Expansão Portuguesa", vol. III: "A grande guerra".

(3) Roque da Costa, "Questões económicas, sociais e coloniais", pág. 454

3 - Todas as camadas da burguesia são inimigas do movimento libertador das colónias

Que a burguesia não-monopolista tem actualmente interesses exploradores nas colónias e se opõe ao movimento de libertação em curso é um facto que ninguém se atreve a desmentir, mas que quase todos se esforçam por fazer esquecer.

Alega-se que a parte decisiva da exploração colonial está concentrada nas mãos dos grupos financeiros e do imperialismo estrangeiro, o que é incontestável; argumenta-se que a burguesia não-monopolista está disposta a encarar a abertura de negociações para pôr fim à guerra, o que é admissível; aponta-se a necessidade de explorar as contradições entre os sectores monopolistas e não-monopolistas da burguesia, o que é correcto. Mas se todas estas considerações não forem acompanhadas duma crítica à burguesia não-monopolista, o resultado inevitável será que o proletariado, situado no fundo da escala social, se transformará num instrumento político desta e será manejado por ela para levar cabo a sua política colonial própria. É esta a razão por que insistimos em averiguar os interesses coloniais, não só dos monopólios e do imperialismo, como da burguesia não-monopolista. Os adeptos da "Unidade" que nos desculpem.

A burguesia não-monopolista tem a sua parte nas roças coloniais. Se considerarmos o caso do café de Angola, o mais característico, verificamos que, dos 370 mil hectares de cafézais apropriados em 1962 pelos colonos, cerca de 200 mil pertenciam à "pequena e média propriedade" (roças até 300 hectares) e exploravam o trabalho de muitos milhares de africanos (4). Como se sabe, no sisal no cacau, na criação de gado, etc. os pequenos e médios colonos têm igualmente a sua parte, tanto em Angola, como em Moçambique, em S. Tomé ou na Guiné. O facto destes milhares de pequenos e médios roceiros estarem inteiramente subordinados às grandes companhias (fixação de preços, mercados, contratos de mão de obra, etc.), não altera em nada a sua existência como uma camada da pequena e média burguesia colonialista, com os seus interesses próprios.

É também a burguesia não-monopolista que explora no essencial o comércio colonial a retalho. As grandes e médias companhias, que dividem entre si o exclusivo da importação e exportação, contactam directamente empresas médias que controlam a distribuição para os comerciantes em zonas inteiras; estes comerciantes fazem a venda directa ao público ou servem ainda de intermediários a outros vendedores menos importantes. Daí que o preço das mercadorias aumente largamente das cidades para as vilas e destas para as zonas rurais mais afastadas. Nas condições da dominação colonial, esta rede de comerciantes e distribuidores rouba por todos os meios os trabalhadores africanos. Não devemos a ninguém esquecer que, neste ambiente de pilhagem generalizado, muitos funcionários, artesãos e camponeses-colonos conseguem amassar um pecúlio e ascendem à burguesia, o que lhes seria impossível em Portugal. Tudo isto contribui para alargar a mentalidade burguesa à grande massa dos colonos.

Em Portugal existe também um sector apreciável da burguesia não-monopolista que vive, total ou parcialmente, da exploração dos povos coloniais. Participando no capital das grandes sociedades anónimas, formando empresas comerciais ou industriais dedicadas ao mercado colonial, esses capitalistas criam naturalmente os seus interesses colonialistas próprios. Lembremos os nomes bem conhecidos de Cunha Leal, Acácio Gouveia, Azevedo Gomes, Adão e Silva, para documentar esses interesses colonialistas.

Por fim, só teremos uma noção aproximada dos interesses colonialistas da

(4) "Estudos" do Banco de Angola, 1962. É interessante notar que 60 mil famílias de camponeses angolanos têm um terço da área de cafézais que cabem a dois mil colonos. Em média, dois hectares para um angolano e 190 para um português.

burguesia não-monopolista se considerarmos que nenhum sector da burguesia pode dessolidarizar-se totalmente da exploração colonial, mesmo que dela não tire benefícios directos. É preciso compreender que nenhum burguês, seja ele pequeno médio ou grande, pode ser indiferente ao destino de um dos pilares em que assenta o sistema capitalista nacional. É sobre o regime colonial que está construída toda a estrutura comercial, industrial e uma parte da estrutura agrícola; é dele que dependem os fornecimentos de matérias primas, os mercados e a animação geral dos negócios. O pequeno e médio capitalista, que teme mais do que tudo a crise, não pode desejar o fim do sistema colonial, que trará a crise, e primeiro que todos, para os pequenos.

Por isso, se a burguesia não-monopolista tem de facto antagonismos agudos com os monopólios e o imperialismo estrangeiro, que a expulsam da competição no mercado colonial e a forçam a contribuir para as despesas da guerra, esses antagonismos não podem transformar-se em anticolonialismo consequente, e a penas a levam a procurar a via do neocolonialismo "liberal".

Os pontos de vista destas camadas burguesas quanto à questão colonial estão formulados, por exemplo, no "Programa para a Democratização da República". Num capítulo dedicado à "Política ultramarina", defendia-se a "eliminação das barreiras alfandegárias entre a Metrópole e o Ultramar", a "coordenação entre as economias metropolitana e ultramarina", a unificação das moedas, a descentralização administrativa, etc., isto é, todas as medidas que se consideravam necessárias ao crescimento da burguesia colonialista. O seu "repúdio de qualquer manifestação de imperialismo colonialista", as suas promessas de melhores condições sanitárias e culturais para as populações, a sua defesa de instituições democráticas nas colónias (!), resultavam naturalmente da busca de uma base de apoio na luta contra a grande burguesia.

Desde que eclodiram as insurreições coloniais, a burguesia liberal procura penosamente adaptar as suas palavras de ordem à nova situação. Na carta de 14 de Abril de 1964 a Salazar, os membros do Directório defendem a "autodeterminação"... "realizada pelo governo português" e reclamam "a dignificação dos povos colonizados pelos próprios que no passado os colonizaram"... Isto é bastante eloquente, sem falarmos já nas propostas de Cunha Leal para salvar o colonialismo.

Não insistiremos em vincar um fenómeno que não necessita de demonstração: o facto de que, num país imperialista, todas as camadas da burguesia têm interesses colonialistas e são portanto inimigas do movimento de libertação dos povos oprimidos, a quem procuram sufocar pelas armas, pela corrupção ou pela magia. Estes elementos podem servir contudo para pôr bem em relevo o absurdo de se pretender levantar a luta anticolonialista sem focar os interesses exploradores da burguesia não-monopolista.

4 - Ha chauvinismo entre o povo ?

Sim, há e nada mais reaccionário do que pretender ocultá-lo, sobretudo na época actual. Contudo, aparecem anti-salazaristas a pretender convercer-nos de que o povo português não está infectado por idéias imperialistas e repudia unanimemente a exploração colonial. Seria caso para nos maravilharmos com o milagre de um dos povos com maior tradição imperialista na história estar imunizado contra o chauvinismo.

O chauvinismo imperialista existe porque os interesses colonialistas da burguesia não podem deixar de se projectar ideologicamente a toda a sociedade. O proletariado e as massas populares só poderiam estar isentos de chauvinismo se não recebessem diariamente o contágio pelas camadas burguesas que lhe estão mais próximas e com as quais muitas vezes se entrelaçam (lembrem-se, por exem

pio, os casos de famílias de operários e camponeses pobres que recebem rendas de familiares em África; recorde-se o agrado com que famílias de camponeses pobres de certas regiões receberam a mobilização dos soldados, que lhes veio trazer uma ajuda financeira para manter as suas explorações arruinadas).

Ao longo dos séculos, formou-se e sedimentou uma ideologia imperialista que se recebe na escola, na imprensa, na vida diária, que penetra por toda a parte sem sequer ser notada. A cada passo se podem ouvir as pessoas progressistas com certos imperialistas. E o facto de Portugal ser um país dependente do imperialismo estrangeiro ainda mais contribuiu naturalmente para exacerbar esse chauvinismo imperialista, como uma forma de compensação para as humilhações sofridas.

É certo que o facto de o povo não ter que afrontar no seu próprio território a concorrência da mão de obra colonial e de os trabalhadores coloniais serem praticamente desconhecidos (ao contrário do que sucede, por exemplo, em França), não deu lugar a manifestações agudas de racismo nos séculos recentes. Esse é um fenómeno que deixa maravilhados os nossos pequenos burgueses, que o citam com alvoroço como uma prova da " mentalidade rasgada " do povo português.

Qual era contudo a base da complacência com que era aceite o africano em Portugal ? Ela nada tinha de emancipação do espírito chauvinista; ela era pelo contrário, a complacência que se tem pelos animais de trabalho: um certo afecto misturado de desprezo e repulsa física, que se escondia polidamente para não os magoar ("coitados, não têm culpa de ser pretos") e uma certa má vontade tan bém contra a sua "indolência".

O português suportava a convivência do africano em Portugal porque sabia que em África lhe conseguia arrancar toda a espécie de riquezas sem resistência. Era, afinal, a gratidão do tigre pela vítima que se deixa devorar. Lá, em Angola, em Moçambique, na Guiné, é que se revelava a outra face desta complacência; aí, o pacífico comerciante, o camponês ignorante, o funcionário, o operário mesmo, corrompendo-se rapidamente, dão largas à sua avidez insaciável, têm pressa em enriquecer à custa do africano a quem obrigam a trabalhar a pontapé.

Foi preciso 1961 para revelar plenamente o ódio bestial, a selvajaria sem limites, o espírito de superioridade racial que séculos de colonialismo inocularam ao povo; só isso permite compreender plenamente o fenómeno da "caça ao preto".

É verdade que há entre o povo uma resistência geral contra a política colonial do governo, contra os seus slogans dum chauvinismo histérico e grotesco, contra a perspectiva duma guerra sem fim. Mas o que ainda não se provou é que por detrás dessa oposição ao governo não esteja latente um chauvinismo de ex-pressão diferente, que se torna igualmente necessário combater.

Em conclusão: apesar das suas características específicas, Portugal não foge à lei geral dos países imperialistas, que formam ao longo dos séculos uma longa cadeia de cumplicidades na rapina dos povos subjugados e que contaminam com esse espírito todos os sectores da população. Do mesmo modo que na sociedade de capitalista todos têm um pouco da mentalidade do burguês, na sociedade capitalista-imperialista, todos têm um pouco da mentalidade do colono. É um facto incontestável.

5 - A penetração do chauvinismo no movimento operário

Se tomarmos em conta este fenómeno, não nos espantará que o chauvinismo tenha penetrado mesmo nos sectores avançados do proletariado e tenha tomado uma expressão elaborada sob a influência da corrente reformista de Alvaro Cunhal. Recordemos alguns factos.

Durante bastantes anos, a direcção do PCP seguiu a orientação de formar

nas colónias secções do Partido Comunista, que promoviam o recrutamento entre os colonos, desenvolviam actividade nas associações e clubes e tentavam organizar a luta económica dos operários africanos. A experiência posterior mostrou que esta actividade, embora guiada pelo desejo de estabelecer laços com os povos coloniais para os despertar para a luta, tinha contudo graves inconvenientes: a propaganda conduzida pelos membros do povo opressor entre os povos oprimidos ia naturalmente contaminada de paternalismo e de chauvinismo, não conseguia apreender as reais necessidades do movimento libertador desses povos, tendia a semear as ilusões e o espírito de colaboração; contribuía-se assim para criar uma elite africana reformista e pacifista, que travava a ascensão das grandes massas oprimidas à luta pela independência e corrompia a nascente formação duma ideologia nacional revolucionária.

A direcção do PCP, contudo, não conseguiu aperceber-se deste fenómeno nem procurou formas mais eficazes de ajuda aos povos coloniais. Pelo contrário, persistiu nesta orientação errada mesmo depois de 1945, quando se começou a tornar patente a formação dum grande movimento de libertação nacional dos povos asiáticos e africanos. Isto deu lugar a que os primeiros choques anúnciadores das insurreições coloniais (Goa, S. Tomé, Angola) se dessem à margem da ajuda do PCP e mesmo em oposição com a linha seguida por este na questão colonial. Cerca de 1955, essa diferença de orientações era já evidente e causava mesmo certo mal-estar e contradições entre os lutadores coloniais e os comunistas portugueses.

Não admira que assim fosse. Enquanto se atribuía aos povos coloniais a missão de lutar ao lado do povo português contra a dictadura de Salazar, " pela Democracia, pela Paz, pelo Pão" (informe à 4ª reunião ampliada do Comité Central do PCP); enquanto se incluía na Comissão Central do MUD Juvenil (movimento democrático e patriótico da juventude portuguesa) um representante da juventude das colónias (!); fazia-se ao mesmo tempo uma oposição encarnizada à criação de movimentos de libertação dos povos subjugados e desenvolvia-se uma activa campanha contra os primeiros núcleos marxistas de africanos residentes em Portugal, atacados como "pretensos tadrícios que queriam fugir à luta anti-fascista".

Este chauvinismo, que atrasou a formação dos movimentos de libertação das colónias, cobria-se com o argumento de que, conceder autonomia aos africanos para organizarem a sua própria luta pela independência, seria facilitar a substituição do imperialismo português pelo imperialismo inglês ou americano. Esquecia-se que, no espaço de poucas décadas, o movimento de libertação dos povos oprimidos saíra da infância e era já, depois do triunfo da grande revolução chinesa, uma das maiores forças revolucionárias mundiais. Encaravam-se os problemas e aspirações dos povos coloniais pela óptica da Unidade anti-salazarista. Não se compreendia que os revolucionários portugueses não tinham qualquer direito de tutela sobre os movimentos revolucionários de outros países. Na realidade, instalara-se a ideia de que os povos coloniais eram um apêndice do povo português, eram mais uma "força de choque" em potência a mobilizar ao serviço da " Unidade ". Como se vê, o chauvinismo imperialista encontra sempre a forma de se insinuar, mesmo sob frases revolucionárias e a pretexto de " ajuda fraterna aos povos das colónias ".

Em 1957, finalmente, o 5º Congresso do PCP pôs de lado a velha orientação de subordinar a luta colonial ao controle do partido e reconheceu aos povos coloniais o direito de organizarem os seus próprios movimentos de libertação. Poderia julgar-se que esta resolução marcava o início duma autocritica aos erros e desvios anteriores. De modo nenhum. A resolução do 5º Congresso marca, pelo contrário, o amadurecimento do chauvinismo na direcção revisionista, a sua adaptação às novas condições, a sua passagem a uma nova etapa de maior virulência. Não tendo aprendido nada dos grandes movimentos insurreccionais que,

a partir de 1961, abalaram as colónias e vieram rasgar novas perspectivas à luta do proletariado português, os revisionistas têm vindo a trabalhar, com o afimco de pequenos burgueses que desconhecem o sentido do internacionalismo, pelo seu objectivo de sempre: utilizar o movimento colonial como uma pedra no seu joelho "unitário" anti-salazarista.

6 - Como o revisionismo entrava a formação dum forte movimento popular anticolonialista

Desde o começo das guerras coloniais, a direcção revisionista tem seguido a tática de esconder as graves fraquezas do movimento anticolonialista no país, de fugir ao problema do chauvinismo imperialista, e pretende demonstrar a existência de grandes acções do povo contra a guerra e pela independência das colónias.

A cada passo, são testemunhos fervorosos de amor pelos povos coloniais, garantias solenes de solidariedade total, invenções de gigantescas lutas anticolonialistas do povo. O "Militante" deixa-se arrastar por este clima até ao ponto de afirmar tranquilamente que "a luta contra a guerra colonial tornou-se um centro onde vão dar todas as lutas da classe operária e do nosso povo".

Certos comunistas que criticam essas deturpações da realidade, acreditam contudo que elas são devidas ao desejo de estimular o movimento popular e não compreendem que o objectivo da direcção revisionista é fabricar um movimento anticolonialista comum ao proletariado e à burguesia, dentro do esquema da Unidade, o que os obriga a fazer silêncio sobre os interesses colonialistas da burguesia anti-salazarista, a ignorar o chauvinismo infiltrado nas massas e a falsearem portanto a realidade. Eles não podem criticar as fraquezas do movimento anticolonialista porque isso os obrigaria a criticar o movimento burguês e a traçar uma linha de acção independente para o proletariado.

É com esse fim que é cuidadosamente velada a exploração colonial da burguesia não-monopolista e que se pretende fazer crer que ela tem uma posição revolucionária na questão colonial (ver resolução da 2ª Conferência da FPLN).

É com esse fim que se utilizam as relações com os movimentos de libertação como um capital para conquistar a aliança com os grupos burgueses anti-salazaristas, podendo dizer-se que a FPLN só existe graças a contratos desses, que permitem a políticos burgueses (Tito Morais, Piteira Santos, etc.) estabelecerem relações directas com os movimentos coloniais por intermédio de Alvaro Cunhal.

Com esse fim, a direcção revisionista acedeu em 1961 a subscrever um comunicado conjunto com grupos burgueses de oposição, condenando o "terrorismo das organizações africanas" ("Tribuna Livre", Agosto 1961), fazendo depois uma precipitada rectificação, que não afluorou sequer a origem real desta traição ao internacionalismo ("Avante", Setembro 1961).

Com esse fim, a direcção revisionista proibiu em 1961 que se fizesse uma crítica pública ao "Programa de Democratização da República", alegando que não era a altura própria por se aproximarem as "eleições de deputados", e faz desde então um prudente silêncio sobre as sucessivas declarações neocolonialistas dos políticos liberais.

Com esse fim, a direcção revisionista retirou da circulação em Março de 1961, um manifesto apelando para os interesses revolucionários dos operários, camponeses e soldados na luta contra a guerra, substituindo-o por outro onde a questão colonial foi posta na base da "Unidade".

Com esse mesmo fim e dentro desse mesmo clima, permite-se que a direcção Regional da Beira Litoral do PCP edite em Maio de 1961 um manifesto onde se lê esta consigna: "Trabalhadores, mostremos aos nossos patrões que só a indepen-

dência de Angola serve os seus interesses" (!), e onde se explica aos capitais que, uma vez "independente", Angola "se tornará de facto um mercado para os nossos artigos" (!). A proposta para uma crítica pública a este manifesto é rejeitada.

Com esse fim ainda, omite-se a mais pequena crítica ao colonialismo da República burguesa, e chega-se mesmo ao extremo de, num documento importante, se gabarem as reformas descentralizadoras da República nas colónias (reformas que intensificaram a ocupação colonial!). ("Sobre a Conferência dos 81 Partidos Comunistas e Operários", documento do CC do PCP, 1961).

Dentro destes pontos de vista, discute-se em 1963 na direcção revisionista "operigo do desencadeamento de acções de sabotagem em Portugal por parte dos movimentos coloniais" e fala-se nas "contradições" entre o movimento de libertação das colónias e o movimento anti-fascista português.(!)

Não admira, nestas circunstâncias, que o movimento popular anticolonialista não tenha ainda registado importantes vitórias: ele está amarrado, tal como o movimento geral antifascista ao lado "unitário" dos revisionistas.

7 - O chauvinismo revisionista na sua etapa superior

A natureza real do anticolonialismo dos revisionistas portugueses está bem expressa no capítulo 6º do relatório de A. Cunhal "Rumo à Vitória". Af, Cunhal dedica duas linhas (num total de 13 páginas que tem o capítulo) para se referir à importância das guerras libertadoras conduzidas heroicamente pelos povos das colónias, enquanto gasta rios de tinta para denunciar a demagogia sa-lazarista das "provincias ultramarinas" (seria realmente necessário?), para reclamar "a instauração das liberdades e a libertação dos presos políticos das colónias (!), para protestar contra as más condições sanitárias em que vivem os trabalhadores africanos (como se o problema fosse de condições sanitárias!)

Dá vontade de perguntar: Já será do conhecimento do sr. Alvaro Cunhal que os povos das colónias encetaram insurreições armadas e que têm em curso guerras de libertação? Como é possível, a propósito da questão colonial, falar de tudo menos das insurreições coloniais? Como é possível subestimar de tal forma uma iniciativa revolucionária que representa a maior viragem nas perspectivas de luta do proletariado português depois da revolução socialista de Outubro 1917 ?

Tudo isto é possível porque o anticolonialismo de Cunhal não vai além das vibrantes exclamações e das palavrosas denúncias. Embora jurando, de mão no peito, a sua solidariedade incondicional aos povos das colónias, ele é forçado a esbater as insurreições coloniais, que prejudicam a sua sonhada "Unidade de todos os portugueses honrados" (de aquém e além mar) e a linha geral da "co-existência pacífica". Cunhal é certamente contrário ao colonialismo, mas do mesmo modo que é contrário ao fascismo e ao imperialismo: com uma oposição que nunca é levada até às suas últimas consequências, que nunca se eleva acima das condenações moralizadoras de pequeno burguês progressista, que nunca é capaz de aprofundar os interesses de classe em presença, que nunca é capaz de estudar as questões (todas as questões) em função dos interesses da ditadura do proletariado.

De facto, do ponto de vista dos revisionistas, a luta revolucionária dos trabalhadores coloniais, como toda e qualquer luta revolucionária é um perigo a neutralizar, dado que "pode fazer recuar as forças intermédias e levá-las a cair nos braços do fascismo". Proclamando o sua solidariedade à luta armada, eles esforçam-se por favorecer todas as correntes que lhes parecem mais moderadas. Este facto tem sido comprovado pela experiência dos últimos anos. Fiel aliado e servidor da direcção do PCUS, Alvaro Cunhal tornou-se desde 1961 o a-

gente e medianoiro desta junto dos movimentos libertadores das colónias portuguesas, trabalhando com constância para os desviar do seu objectivo, para os tornar uma mera força de pressão no jogo da "Coexistência pacífica" e da "cooperação soviético-americana". Cunhal chegou já a imiscuir-se por diversas vezes nas questões internas do movimento colonial, indo ao ponto de tentar impor - lhes estes ou aqueles dirigentes sob a sua influência. É um facto da maior gravidade, àcerca do qual os movimentos coloniais se pronunciarão na altura própria.

Sabemos que esta nossa crítica será acusada de "actividade criminosa, visando semear a desconfiança entre o movimento nacional libertador e a classe operária dos países capitalistas". Isso não nos afecta. A linha dos revisionistas na questão colonial está já arquivada pela história com mais um entre tantos exemplos do chauvinismo imperialista pequeno-burguês, que se desenvolveu à sombra de sonoras frases comunistas. Há que dizê-lo publicamente.

8 - Lancemos as bases dum forte movimento popular anticolonialista

Num próximo artigo discutiremos o problema das formas de luta a adaptar pelo movimento popular anticolonialista. O nosso objectivo é neste momento lançar as bases para um combate ideológico intransigente ao chauvinismo, sem o qual a luta contra a guerra e de solidariedade aos povos das colónias nunca poderá tomar verdadeira envergadura. É certo que é no decurso da acção que se dissipam muitas ideias reaccionárias entranhadas nas massas. Mas a acção não é possível se a vanguarda do proletariado estiver atascada no lixo do patrioteirismo e não souber tomar consciência de que os seus interesses na questão colonial são diferentes (e opostos em muitos aspectos) aos das outras camadas da população.

O chauvinismo é o veículo ideológico dos interesses burgueses. Toda a transigência com o chauvinismo é uma transigência com a linha burguesa e um abandono da linha proletária revolucionária. Consentir que o proletariado se sinta irmanado à burguesia nos interesses coloniais, mesmo só parcialmente, mesmo só por um instante, é golpear de morte o movimento revolucionário português, porque é ajudar a corromper o proletariado e incapacitá-lo para a sua tarefa histórica.

Enquanto não tiver a sua ideologia própria e a sua linha de acção própria na questão colonial, jamaís o proletariado português estará em condições de derrubar a ditadura fascista e de exercer a sua ditadura, para construir uma sociedade nova. Eis o que nunca poderá ser compreendido pelos tristes apóstolos da Unidade anticolonialista.

É preciso dar a todos os comunistas portugueses a noção de que as guerras de libertação dos povos coloniais não são uma simples luta contra a ditadura lazarista, mas uma luta contra o sistema colonial português, contra a opressão secularmente exercida por Portugal sobre outros povos, e que esse facto coloca pesadas responsabilidades ao proletariado e ao povo português.

«REVOLUÇÃO POPULAR» NA IMPRENSA MARXISTA-LENINISTA

O 1.º número da "Revolução Popular", órgão do Comité Marxista-Léninista Português, marcou uma data histórica no desenvolvimento da luta revolucionária da classe operária no nosso país.

Desde o início da sua actividade, os marxistas-léninistas portugueses, ao mesmo tempo que combatem contra o fascismo português, conduzem também uma luta ideológica implacável contra a linha de capitulação da direcção do P.C. de A. Cunhal.

Face à traição dos revisionistas kruschovianos que tendo renunciado à direcção do movimento revolucionário baseado na aliança operária-camponesa, colocando-se desta maneira na esteira da burguesia liberal exploradora, os marxistas-léninistas portugueses desenvolvem uma actividade tendente a libertar a iniciativa das massas populares, preparando-se para tomar o poder político pela violência revolucionária. Por isso eles procuram não só lançar as bases do futuro Partido Comunista Marxista-Léninista, de tipo bolchevique, mas também de criar um exército popular, conscientes de que a inteira autonomia da classe operária é um factor determinante e que "a emancipação do proletariado também se manifestará de modo específico nas questões militares e criará um novo e específico método militar" (F.ENGELS).

A firmeza dos marxistas-léninistas portugueses tem sido objecto do ódio e da perseguição dos revisionistas do P.C. de Cunhal que procuram minimizar a nossa acção, procurando por todos os meios apresentar-nos como um "grupelho" de "aventureiros" de "terroristas", etc. Isso não nos importa; não nos pode afectar. Pelo contrário, só servirá para confirmar que a rota que seguimos é revolucionária, é justa e correcta.

REVOLUÇÃO POPULAR

Organe du Comité marxiste-léniniste portugais

Notre Parti salue l'action courageuse des camarades portugais qui dans les conditions difficiles de la sanglante dictature fasciste de Salazar ont levé le drapeau de la lutte révolutionnaire conséquente, le drapeau du marxisme-léninisme, trahi par la direction révisionniste du Parti Communiste Portugais.

Nos camarades ont déjà remporté des succès notables dans leur lutte pour la création de comités marxistes-léninistes, jetant ainsi les bases du futur Parti Communiste Portugais fidèle aux traditions révolutionnaires des communistes portugais, reconstitué sur la base du marxisme-léninisme.

Nous reproduisons ci-dessous des extraits d'un article critiquant les positions du secrétaire général du P.C. (révisionniste) portugais, Alvaro Cunhal. Cet article a paru dans le numéro de mars 1965 de l'organe clandestin du Comité marxiste-léniniste portugais, « Révolution Populaire ».

La Voix du Peuple

E é neste sentido que "La Voix du Peuple", órgão do P.C. de Belgique (M.L.), nos números 29, 30 e 47, do mesmo modo que outros órgãos marxistas-léninistas, reproduzem extractos da "Revolução Popular" para saudar "a acção corajosa dos camaradas portugueses que nas condições difíceis da sangrenta ditadura de Salazar levantaram a bandeira da luta revolucionária consequente, a bandeira do marxismo-léninismo, traído pela direcção revisionista do Partido Comunista Português".

ISOLAR E ANIQUILAR OS "SINDICATOS" FASCISTAS

UMA TAREFA REVOLUCIONARIA DOS TRABALHADORES

A recente acção dos operários de Pero Pinheiro contra a sede do sindicato-fantoche veio dar nova actualidade a uma questão que ainda hoje, após 40 anos de ditadura, se encontra confusa.

A luta operária junto dos "Sindicatos Nacionais" há muitos anos que não conhece verdadeiros êxitos, o que não admira. Dizer que, nesta luta, a classe operária tem estado entregue à sua própria intuição é só uma parte da verdade; porque, na acção contra os SN fascistas, o proletariado vem sendo obrigado desde há mais de 20 anos a lutar contra o inimigo fascista e a resistir ao mesmo tempo à linha reformista de Álvaro Cunhal que tenta amarrar o impulso da sua luta, com argumentos pretensamente "leninistas". É uma conclusão incontestável para todos os que estudam a luta operária anti-fascista nas últimas décadas.

Torna-se necessário por isso bater a escola reformista de "trabalho sindical" e elaborar uma linha realmente revolucionária, que tome em conta as experiências acumuladas pelo proletariado e que sirva os interesses superiores da luta pelo socialismo e da luta popular anti-fascista. Com este artigo, procuramos dar uma primeira contribuição nesse sentido.

LENINE, os sindicatos e o "esquerdismo"

A base "teórica" em que a corrente reformista portuguesa apoia a sua linha na questão sindical é a citação da obra de Lenine "O esquerdismo, doença infantil do comunismo". Segundo eles, nessa obra estaria fundamentada, duma vez por todas, a justeza da linha que seguem. Ora, a verdade é que, nesta questão como em todas as outras, os reformistas não têm escrupulo em deturpar o pensamento de Lenine, enquanto se curvam em reverências perante ele. Vamos ver em que consiste a posição de Lenine acerca dos sindicatos, expressa num capítulo dessa sua obra, para depois pormos a nu a falsificação mantida pelos reformistas portugueses há mais de 20 anos.

No capítulo em questão, intitulado "Os revolucionários devem militar nos sindicatos reaccionários?", Lenine critica os comunistas "de esquerda" alemães que cerca de 1920, pretendiam demonstrar "a inutilidade inadmissível para os revolucionários, para os comunistas, de militar nos sindicatos amarelos, contra-revolucionários, nos sindicatos dos socialistas-patrioteiros, dos conciliadores, dos Légien." Lenine critica a infantilidade desses comunistas "de esquerda" ao criarem uma União Operária, "inteiramente nova, bem limpa, inocente dos preconceitos democráticos burgueses, dos pecados corporativos e estreitamente profissionais", União que eles esperavam fazer "larga", apesar de porem como condições de admissão o reconhecimento do sistema dos soviets e da ditadura do proletariado.

Na sua contestação às incompreensões "esquerdistas" desses comunistas, Lenine desenvolve alguns princípios gerais para a actividade dos comunistas nos sindicatos:

a) Os sindicatos são uma forma inferior de organização do proletariado e é nesse sentido que todos eles têm um certo carácter reaccionário - Lenine considera todos os sindicatos, mesmo sob o regime soviético, como "uma forma de or-

ganização elementar, inferior, a mais simples e a mais acessível para os que são ainda profundamente imbuídos dos preconceitos democráticos burgueses". Lénine sublinha que todos os sindicatos têm "certos traços reacçãoários: uma certa estreiteza corporativa, uma certa tendência para o apolitismo, um certo espírito de rotina, etc.", e que, mesmo sob a ditadura do proletariado, os sindicatos manifestam um certo "espírito reacçãoário", um certo "egoísmo profissional e oportunista".

b) A necessidade de militar nesta organização inferior resulta da presença de grandes massas proletárias e semi-proletárias - "É preciso saber consentir em todos os sacrifícios, ultrapassar os maiores obstáculos, a fim de fazer um trabalho de propaganda e de agitação metódico, perseverante, teimoso e paciente, justamente nas instituições, sociedades, organizações - mesmo as mais reacçãoárias - em toda a parte onde há massas proletárias e semi-proletárias. Ora, os sindicatos e cooperativas operárias (estas pelo menos em certos casos) são justamente organizações onde se encontra a massa." Os comunistas devem "ajudar a massa a ganhar a sua simpatia", devem "educar, instruir, chamar a si mas sempre maiores de trabalhadores", para assim fazerem dos sindicatos "a indispensável escola do comunismo e a escola preparatória dos proletários para a aplicação da sua ditadura".

c) Os sindicatos adquirem grande importância sob o regime de democracia burguesa porque permitem um largo campo de manobra ao oportunismo - Lénine aponta a actividade sindical sob o regime de democracia burguesa (Inglaterra, Alemanha, França, Estados Unidos, Rússia em Fevereiro-Outubro de 1917) e chama a atenção para a influência que chefes sindicais oportunistas e corruptos conseguiram ganhar sobre vastas massas operárias. Nos sindicatos das democracias burguesas instalou-se uma "aristocracia operária, corporativa, estreita, egoísta, sem entranhas, cúpida, hipócrita, de espírito imperialista, comprada e corrompida pelo imperialismo". A acção comunista consiste pois em "combater os dirigentes oportunistas e socialistas-patrioteiros para ganhar a nós a classe operária". Daí o erro dos comunistas "de esquerda" alemães e outros: "Não trabalhar nos sindicatos reacçãoários é abandonar as massas operárias atrasadas ou insuficientemente desenvolvidas à influência dos dirigentes reacçãoários, dos agentes da burguesia, dos aristocratas operários ou dos operários aburguesados

d) Mesmo em regime de ditadura política, é preciso penetrar nos sindicatos para arrancar a massa à influência dos chefes corruptos - "É preciso não temer as dificuldades, as chicanas, as armadilhas, os ultrajes, as perseguições da parte dos "chefes" que, oportunistas e social-patrioteiros, estão na maior parte dos casos ligados, directa ou indirectamente, à burguesia e à polícia, e trabalhar absolutamente lá onde estiver a massa". Lénine cita o caso da Rússia czarista de 1905, quando os comunistas se infiltravam nas associações operárias, criadas pelo provocador Zubátov, para arrancarem os operários à influência dos homens de Zubátov.

e) Sem arrancar os trabalhadores à influência dos dirigentes sindicais corruptos não se pode iniciar a conquista do poder político - "A luta contra os Gompers, contra os sr. Jouhaux, Henderson, Merrheim, Légien & C^a na Europa Ocidental é muito mais difícil que a luta contra os nossos mencheviques que representam um tipo político e social perfeitamente análogo. Esta luta deve ser impiedosa e é absolutamente necessário conduzi-la, como nós fizemos, até desmascarar por completo e fazer expulsar dos sindicatos todos os incorrigíveis dirigentes do oportunismo e do social-patrioteirismo. É impossível conquistar o poder político (e não se deve tentar tomá-lo) enquanto esta luta não tiver sido levada até um certo grau." Como se vê, segundo Lénine, a chave do trabalho comunista nos sindicatos está em conseguir a direcção das grandes massas proletárias e semi-proletárias pela vanguarda do proletariado, de modo a tornar possível a conquista do poder político à burguesia. Lénine não atribue nenhum valor absoluto aos sindicatos, mas apenas o de serem o meio para chegar às gran-

des massas. Sublinhámos as passagens em que Lénine situa constantemente o problema: a ligação com a massa e a sua direcção pela vanguarda. A isto se resume a questão sindical.

A corrente reformista portuguesa, afirmando basear-se em Lénine, formulou, há muito, os seguintes princípios nesta questão:

- 1 - Os comunistas devem penetrar e trabalhar nos "Sindicatos Nacionais", da- do estes, embora reaccionários, agruparem a massa dos trabalhadores;
- 2 - Para levar a luta pelo poder a um plano superior, é preciso conquistar as direcções dos "Sindicatos Nacionais" ou obrigar os seus dirigentes a defen- der os interesses das massas.

Quanto a nós, afirmamos que não se pode aplicar o pensamento de Lénine nas condições do regime fascista português sem responder às seguintes questões:

- 1 - Os "Sindicatos Nacionais" fascistas são organizações de massas?
- 2 - É possível transformar os "Sindicatos Nacionais" em instrumentos dos tra- balhadores?
- 3 - Como unir, nas condições do fascismo, o partido, a classe e as massas, "em um todo homogêneo e indissolúvel", como exige Lénine?

São estas as questões que tentaremos esclarecer seguidamente.

Os "Sindicatos Nacionais" fascistas são organizações de massas?

A corrente reformista de Álvaro Cunhal afirma que os S.N. são organizações de massas onde está agrupada a classe operária e os restantes trabalhadores. Os S.N. são considerados "a mais importante organização legal da classe operária", e "um elo essencial de ligação com as massas" ("Militante", nº 130, Outubro de 1964). A cada passo, nos últimos 20 anos, em informes, artigos e folhetos, ati- ram-nos à cabeça com "as centenas de milhares de trabalhadores que estão nos S. N.", "e criticam o "sectarismo" dos que não querem actuar dentro dos S.N., "lá onde estão as massas", e isto com tal insistência que quase acabamos por acredi- tar. Álvaro Cunhal não hesita em afirmá-lo categoricamente mais uma vez no seu "Rumo": "Cada Sindicato Nacional não é apenas uma sede, mas uma organização com centenas ou milhares de sócios. É essa organização ampla, de massas, que se a- proveita para estabelecer e assegurar contacto com as massas, para as esclare- cer e levar à luta" ("Rumo à vitória", pág. 186).

Vejamos. Porque se afirma que são os SN "organizações amplas, de massas"? Pe- los vistos, é porque têm centenas de milhares de sócios inscritos. Mas, como é sabido, essa inscrição é perfeitamente involuntária e forçada; cada patrão des- conta a cota "sindical" no salário, sem sequer perguntar ao operário a sua opi- nião. É mais uma taxa, um imposto que o trabalhador é forçado a pagar e contra a qual, resiste frequentemente. As centenas de milhares de sócios são pois pura ficção. Se o facto de se descontar arbitrariamente uma taxa aos cidadãos desse lugar ao nascimento duma "organização ampla, de massas", então chegaríamos ao absurdo de considerar "organização de massas" a Fazenda Nacional, onde estão ins- critos milhões de contribuintes!

Pretender demonstrar, sob o regime fascista, que uma organização tem uma ba- se de massas pelo número de sócios, conduz-nos ao absurdo. A única forma de es- clarecer a questão consiste em verificar se os trabalhadores estão de facto nos SN. Mas aí a resposta é totalmente negativa, seja qual for o aspecto por que se aborde a questão: Há alguma vida associativa nas sedes ou delegações dos SN, são elas frequentadas por quaisquer massas operárias, mesmo diminutas? Não. Há qua- quer palestras, bibliotecas, festas, reuniões, iniciativas, promovidas pelas di- recções e frequentadas pelos operários? Não. Há alguma circulação de jornais ou outra propaganda dos SN? Não. Há contactos de qualquer espécie entre as direcções

es e a massa, existem nas fábricas quaisquer delegações com qualquer espécie de influência ou autoridade, mesmo só sobre a massa atrasada? Não!

A verdade, conhecida de toda a gente, inclusivamente dos fascistas que a lamentam por vezes, é precisamente o oposto da descoberta de Cunhal: os SN não são organizações de massas mas simples sedes, simples repartições burocráticas, onde os operários se dirigem por vezes quando querem apoiar as suas reclamações, tal como se dirigem a qualquer outra autoridade fascista.

Pode discutir-se da oportunidade ou da inoportunidade de ir reclamar ao SN num dado momento e da melhor forma de o fazer. Mas isto nada tem a ver com a questão do trabalho em organizações de massas. O SN é uma repartição pública, como outra qualquer (pior ainda que as outras, porque emprega bufos da Pide, está geralmente encerrada e os desfalques se sucedem). O operário fala do "sindicato" como fala do bordel ou da esquadra de polícia.

Quando Cunhal fala no "aproveitamento" dos SN "para estabelecer e assegurar contacto com as massas", ele e os seus colegas reformistas sabem que isto é pura fantasia, porque nos SN ninguém encontrará ninguém. Se quisermos encontrar as massas proletárias e semi-proletárias, temos que voltar costas aos SN e ir procurar a massa noutros locais: nas fábricas, nos clubes, nos bairros. Aí sim, encontramos "as amplas massas" e poderemos trabalhar entre elas. Mas não nos SN.

Mas então perguntamos: se não há massas de qualquer espécie, nem atrasadas nem adiantadas, dentro dos SN, o que vêm aqui fazer as sábias citações de Lênine e as sapientíssimas condenações ao "sectarismo" dos militantes que se recusam a ir a uma repartição onde se reúnem de vez em quando dois ou três patifes a soldo do ministério e da polícia? Quando Lênine falava no trabalho dentro das associações reacçãoárias, mesmo as criadas pelos provocadores, ele referia-se à necessidade de arrancar a massa, que estava nessas associações, à influência dos reformistas e dos provocadores. Mas quando Cunhal reclama que "se entre em massa" para os SN e "se frequentem" os SN ("Rumo", pág. 188) ele quer o contrário, ele quer que se metam as massas em organizações fascistas a que elas não pertencem, ele quer entregar as massas à influência de organizações fascistas a que elas resistem!

E assim se chega à situação de vermos funcionários clandestinos dum partido que se diz operário, revolucionário e marxista-leninista a tentarem converter os operários de que devem frequentar as sedes dos SN, ir para lá conversar, reunir, ler livros, fazer vida associativa!... enquanto os operários, de olhos arregalados, perguntam a si próprios se estarão a falar com loucos. A tais resultados reacçãoários conduz o dogmatismo reformista!

Há 30 anos, quando o "Estatuto do Trabalho Nacional" despojou oficialmente a classe operária de toda a espécie de organização sindical, instituindo, em seu lugar, os "Sindicatos Nacionais", integrados no aparelho "corporativo" da ditadura, os sectores avançados do proletariado compreenderam o que significava esta medida fascista e lutaram contra ela pelos meios ao seu alcance: primeiro, pelo movimento sindical clandestino que chegou a contar muitos milhares de aderentes e editava os seus jornais ilegais; depois, pela tentativa insurreccional do 18 de Janeiro de 1934; por último, pela boicotagem total dos SN. Foram batalhas de retardamento, sem verdadeiro carácter ofensivo, mas que mostraram a unanimidade dos operários avançados quanto ao que havia que esperar dos SN e como se devia reagir-lhes.

A classe operária teve razão em resistir. Uma vez instalados, os SN não se limitaram ao objectivo de neutralizar, absorver, distorcer as reivindicações, dos trabalhadores; eles transformaram-se num instrumento especializado de vigilância e repressão, um departamento agregado directamente à Pide, ao minis-

tério das Corporações e ao grande capital, que serve para acompanhar o estado de espírito dos trabalhadores, as suas reivindicações, o seu nível de organização; ela estabeleceu, sob o nome de "sindicatos", órgãos seus, que são uma potente arma para a repressão da luta económica (haja em vista, por exemplo, o papel dos ficheiros sindicais na perseguição aos operários grevistas).

A reacção operária deu lugar a que a máquina "sindical" fascista, repeli da e execrada pelos trabalhadores, tenha sido um dos maiores fracassos do regime e hoje vegete apagadamente, rapinando o dinheiro das cotas, entre o desprezo e o ódio gerais. Pode discutir-se a questão de saber se uma resistência operária melhor conduzida não teria permitido paralisar por completo ou mesmo aniquilar os SN. Mas não se pode deixar de considerar como uma vitória o isolamento a que os SN foram reduzidos pelo proletariado, que assim neutraliza em grande medida a ofensiva fascista.

Isto realça ainda mais a inépcia dos que tomam as palavras de Lénine sobre o "carácter reaccionário" dos sindicatos, a sua "estreiteza corporativa", etc. como aplicáveis aos "sindicatos" fascistas e exigem, em consequência, que se trabalhe nos SN, "como indicou Lénine". As palavras de Lénine poderiam ter-se aplicado em Portugal antes de 1926, quando ainda havia sindicatos; depois não têm aplicação possível, pela simples razão de que deixaram de existir sindicatos em Portugal.

Quer isto dizer, em conclusão, que a táctica comunista em face dos SN fascistas nada tem de comum com a táctica sindical definida por Lénine, visto que os SN nada têm de sindicatos. Não se trata neste caso de penetrar em organizações inferiores de massas (como são por exemplo no nosso caso, os clubes, as cooperativas, as associações de estudantes, etc.) para arrancar essas massas à influência dos chefes reformistas e corruptos e as colocar sob a direcção da vanguarda; trata-se sim de isolar, paralisar e destruir um posto avançado que o inimigo instalou no seio do proletariado para o vigiar e reprimir.

Confundir um SN com um sindicato é o mesmo que confundir uma arma apontada contra nós com uma arma na nossa mão. Confusão que pode ser fatal, pois ao exigir que se "utilize" esta arma que está na mão do inimigo, seremos nós próprios a puxar o gatilho e a disparar a carga que nos vai atingir. É preciso ter cuidado com estas confusões que podem levar anti-fascistas honrados (para usarmos a terminologia em moda) a fazerem o papel de auxiliares directos do inimigo.

E possívem transformar os S.N. num instrumento da classe operária ?

A falta de validade nos argumentos, os reformistas recorrem ao estratagemma de os acumularem em cachos, para suprir pela quantidade o que lhes faltava qualidade. "De facto (reconhecem eles por vezes) não há qualquer vida associativa nos SN, de facto as massas têm um desinteresse absoluto pela vida diária dos "seus órgãos de classe" (é assim que lhes chama "O Corticeiro!"), de facto os presidentes gastam o dinheiro nos seus negócios, de facto os "assistentes denunciam os sócios à Pide - mas... tudo isso resulta da falta dum trabalho efectivo para conquistar as direcções dos SN, o que aliás já se conseguiu no passado, quando havia uma melhor compreensão do problema." Vejamos este segundo argumento.

No período de 1946-48, aproveitando a conjuntura política favorável do fim da guerra, os recuos tácticos a que o governo era forçado e a fraca eficácia da sua máquina "sindical", a classe operária conseguiu, sob a direcção do Partido, colocar em grande número de SN direcções compostas por elementos da sua confiança. É claro que isto não levava a mudar a natureza dos SN nem fazia deles sindicatos verdadeiros, mas tinha grande importância porque os neutralizava, desarticulando parcialmente a máquina de vigilância fascista e tornando possíveis novos avanços no movimento operário.

Mas a direcção do Partido, guiada já então pela linha oportunista da unidade com a burguesia, não soube aproveitar as vantagens então ganhas. Em breve, dominado esse movimento, o governo passou à contra-ofensiva e, recorrendo às demissões, compras, pressões e prisões, arrebatou rapidamente todas as posições que tinham sido conquistadas pelos operários. Foram além disso tomadas disposições legais e policiais para impedirem a repetição duma tal situação. E, de facto, daí em diante a máquina "sindical" tem funcionado com inteira satisfação da polícia e do ministério. A escolha dos membros das direcções é cuidadosamente manipulada para não permitir a passagem de nenhum elemento pouco seguro. Os "assistentes" do ministério asseguram o controle dessa direcção. Se, por distração ou incompetência dos agentes "sindicais" locais, uma lista operária consegue fazer-se eleger num SN, logo o ministro intervém com a recusa de sancionamento, ou a Pide mete os eleitos na cadeia por "comunistas"; por vezes mesmo, as autoridades dão-se ao luxo de a deixar ficar e de a comprar, para maior desmoralização dos operários. É uma luta em que o fascismo dispõe de todas as armas e os operários partem já derrotados.

Contudo, a corrente reformista tirara conclusões inesperadas dos precários êxitos eleitorais de 1946-48. Em vez de os apreciar como êxitos de conjuntura, parte integrante da ofensiva proletária e popular desde 1945, com as greves, manifestações, etc. (e que só dentro dessa ofensiva geral pode ser explicada), em vez de compreender que o principal mérito desse episódio foi ter completado a educação política das massas proletárias quanto aos SN, os reformistas lançaram-se com entusiasmo sobre este exemplo da "evolução pacífica por via eleitoral" e erigiram-no em lei absoluta, proclamando que é possível pouco a pouco colocar direcções honestas à frente dos SN e transformá-los em instrumentos dos trabalhadores".

Desde então, a palavra de ordem da "conquista de direcções honradas para os SN" tem sido agitada incansavelmente pela corrente reformista, que atribue a total ausência de resultados práticos à "fraca mobilização das massas" por parte da organização, "mergulhada no sectarismo".

A partir de 1960, sob a direcção de Cunhal, a linha da conquista dos SN por via eleitoral, adquire nova virulência. Em 1963, as "eleições sindicais" foram acompanhadas duma campanha de propaganda sem precedentes, que mobilizou durante dois meses a organização, a imprensa e a rádio clandestinas. Os resultados foram uma vez mais insignificantes, mas isso não desviou a direcção reformista da sua linha inflexível. Nova campanha foi lançada para as "eleições" de 1965 e ainda recentemente se viu circular entre o escárneo dos operários um manifesto com instruções para as "assembleias eleitorais" e onde se proclama: "Transformemos os sindicatos em instrumentos dos trabalhadores!"

As críticas generalizadas que esta linha provoca entre a classe operária e a base do partido, responde a Comissão Executiva do Comité Central asseverando que "a luta pela conquista de direcções honradas para os sindicatos nacionais continua a interessar e a mobilizar a classe operária, como o mostram varios exemplos" (acerca dos quais é bastante discreta). ("Problemas actuais da luta de massas", intervenção da C.E. do C.C. à reunião de Abril de 1964).

Os reformistas são incapazes de ver aquilo que está claro para qualquer trabalhador com um pouco de consciência, isto é, que os SN fazem parte da armadura política fascista de ditadura sobre a classe operária e as massas populares, do mesmo modo que a "Assembleia Nacional", as "corporações", a polícia, etc., e portanto não podem ser transformados em instrumentos dos trabalhadores.

Sonhar com sindicatos operários que, graças a uma luta "persistente e paciente" se iriam pouco a pouco substituindo aos SN é um sonho tão imbecil como o dos cooperativistas que querem liquidar suavemente o capitalismo pelo alargamento gradual das cooperativas a toda a vida do país. Estes ignoram que, no mar da acumulação capitalista e da luta pelo lucro máximo, as suas "semen-

tes do socialismo" se corrompem e dissolvem instantaneamente. Os reformistas, do mesmo modo, não compreendem que, no mar da repressão fascista da burguesia sobre o proletariado, os "sindicatos conquistados" se corrompem ou são liquidados pela força.

A única hipótese em que a conquista dos SN pode ter qualquer probabilidade de êxito é a de, dentro duma ofensiva conjunta proletária e popular em todas as frentes, dum assalto decidido ao poder, se chegar, de vitória em vitória, a fazer debandar o inimigo dessas posições por se lhe tornarem insustentáveis. Essa conquista dos SN é possível porque é já uma parte integrante da insurreição popular anti-fascista. Mas só nessas condições. A tática defendida por Cunhal consiste em pretender conquistar, um a um, bastiões inimigos solidamente defendidos, ligados entre si, protegidos por grandes forças (o aparelho de repressão fascista), avançando as forças do proletariado parceladas e a descoberto, em terreno raso, sob o fogo do inimigo, que as alveja com toda a tranquilidade. É a concepção dum péssimo militar ou dum bom reformista.

Sindicatos verdadeiros não podem sair dos SN, do mesmo modo que uma assembleia democrática jamais sairá da "Assembleia Nacional" e uma ideia revolucionária jamais brotará da cabeça de A. Cunhal. As instituições fascistas têm que ser destruídas pela insurreição popular, para que em seu lugar se ergam verdadeiras instituições proletárias e populares. Admitir o contrário é admitir no fim de contas a possibilidade de transformação pacífica do fascismo em democracia.

Evidentemente, nós não supomos que todos os trabalhadores já compreenderam inteiramente a natureza fascista dos SN. Há ainda bastantes trabalhadores que, revoltando-se contra as burlas, roubos e denúncias dos dirigentes sindicais, acalentam a ilusão de que será possível conquistar o "seu" SN e transformá-lo, mesmo sob o fascismo, num órgão de defesa profissional de classe. Ilusões dessas ainda se encontram, apesar da elucidativa experiência de 30 anos, em certos sectores do proletariado, politicamente mais atrasados, em sectores semi-proletários mais sensíveis ao reformismo.

Um partido que agrupe a vanguarda revolucionária do proletariado não pode desinteressar-se deste fenómeno. Ele é obrigado a conduzir uma acção perseverante de esclarecimento desses sectores (nunca perdendo de vista que a principal arma de esclarecimento está na acção revolucionária da vanguarda, pois quando ela falta, nenhuma explicação pode impedir que as ilusões renasçam continuamente) sabendo ir junto dos sectores atrasados, sobretudo se eles são numerosos, quando decidem tentar a concorrência às "eleições sindicais". É preciso que a vanguarda saiba acompanhar a rectaguarda nesta prova, ajudando-a a compreender que os SN são órgãos a destruir e não a transformar não permitindo que ela seja um joguete do fascismo.

Mas isto nada tem de comum com a linha dos reformistas perante as "eleições sindicais". Para eles, não se trata de dar um passo à rectaguarda para ajudar os sectores retardatários a recuperar o seu atraso. Não. Eles marcham claramente na cauda do movimento, tentando arrastar para a burla das "eleições sindicais" todos os destacamentos do proletariado, mesmo a grande maioria que já se libertou de quaisquer ilusões, e incitando os sectores atrasados a chafurdar eternamente nessa lama, com calorosos lowvores à sua "elevada consciência de classe".

Um bom exemplo da degradação política a que conduz a linha reformista para a "conquista eleitoral dos SN", encontramos-lo no artigo "O trabalho sindical - um elo de ligação com as massas" ("Militante", nº 130, Outubro 1964) onde se explica a necessidade de "estudar a mecânica eleitoral sindical" e a "técnica de funcionamento das assembleias gerais", como se víssemos em plena democracia burguesa! Um outro exemplo lamentável deste cretinismo parlar encontramos-lo no artigo "Uma experiência sindical", publicado no "Mi-

litante" nº 131 de Novembro de 1964. O autor do artigo constata que, ao ser conhecida a anulação da lista de oposição operária num determinado SN pela mesa da assembleia fantoche, "uma onda de indignação e revolta invadiu a maioria dos operários" e acrescenta sagazmente: "Urgia pois aproveitar esse descontentamento". Pois bem, como foi aproveitado? Indo à assembleia "fazer uma apertada fiscalização do acto eleitoral"! Assim, aproveita-se o descontentamento e revolta dos operários perante a anulação da sua lista, levando-os a fiscalizar um "acto eleitoral" inexistente! É ousado! Imperturbável, o autor do artigo continua: "Quando o acto eleitoral terminou, a lista de unidade não tinha triunfado" (seria de facto de admirar, uma vez que já fora recusada pelos fascistas!). "Porém, tal facto não invalidava todo o magnífico esforço, toda a experiência colhida para o futuro". E passa a enumerar as grandes vitórias que se conseguiram, como é da praxe, com mais esta derrota: 1ª a inclusão na lista fascista de dois novos rafeiros "em representação" (sic!) de dois outros concelhos; 2ª a inscrição de novos sócios, "o que abre perspectivas para futuras eleições" (perspectivas brilhantes, não há dúvida!); e 3ª a luta nasitricas por aumentos de salários, que é atribuída a esta "magnífica" movimentação (não teria sido antes como reacção contra ela?)

Duma experiência que deita por todos os poros a necessidade de se lutar contra a burla infame das "eleições sindicais", os reformistas conseguem extrair resignação para esperarem mais dois anos por nova oportunidade eleitoral! Uma tal baixeza reformista está para além de toda a crítica.

Mas o reformismo vai mais longe ainda. Incapaz de tirar a mais pequena lição da experiência, ele cai de degradação em degradação. De vez em quando, a impaciência provocada pelo insucesso dos esforços eleitorais, leva a direcção reformista a formular uma linha mais "ousada" ainda: a transformação dos SN através da "atração hábil" dos rafeiros sindicais, dado que estes, "sendo de origem proletária, não podem ficar insensíveis à pressão de classe". Esta linha, dum direitismo tão clamoroso que roçava pela colaboração com o fascismo, foi defendida nos anos de 1957-58. A violenta reacção operária obrigou os reformistas a porem-na de lado durante algum tempo. Mas ela ressurgiu prudentemente, como se verifica pela seguinte passagem do artigo já citado ("Militante", nº 130): "A verdade é que, por muito importante que seja o trabalho com vistas à conquista das direcções sindicais, o mais importante não é conquistaras direcções mas fazer com que elas, sejam ou não eleitas pelos trabalhadores, actuem em defesa dos seus interesses."

Os rafeiros "sindicais" fascistas actuando em defesa dos interesses da classe operária... Não seremos nós a lamentar que os reformistas se desmasquem por tal forma.

COMO UNIR nas condições do fascismo, o Partido, a Classe e as Massas ?

Quando não têm mais argumentos, os reformistas costumam alegar que os raciocínios sobre os SN como os que temos vindo a expor não podem ser aceites, ainda que se metam pelos olhos dentro, porque isso nos conduziria a negar a linha leninista para o aproveitamento minucioso de todas as possibilidades legais, mesmo as mais restrictas. Este artifício exige que encaremos ainda a questão dos SN sob o plano mais geral da associação do trabalho legal e ilegal em regime fascista.

Depois de Lénine ter formulado os princípios tácticos orientadores da acção dos comunistas (quando as formas de ditadura burguesa conhecidas eram a de mocracia burguesa e a autocracia de tipo semi-feudal, como era o caso da Rússia czarista), surgiu à escala internacional um fenómeno novo, um novo tipo de ditadura burguesa: o fascismo.

O regime fascista surge em regra após um período de luta de classes encarniçada, quando a democracia burguesa se revela insuficiente para assegurar a

ditadura do capital. Foi o que se verificou na Europa capitalista das décadas 20 e 30, convulsionada pela primeira guerra mundial e pela grande revolução soviética. Em países com níveis de concentração capitalista tão diferente como a Alemanha, a Itália, a Espanha, Portugal, Finlândia, Hungria, etc., instauram-se regimes fascistas da burguesia, que têm como traço comum a supressão das instituições de democracia burguesa (parlamento, sindicatos, partidos, liberdade de imprensa, garantias constitucionais) e o reforçamento decisivo do aparelho de Estado. Não conseguindo já governar pelo recurso ao engano e à corrupção, a burguesia proclama a "abolição da luta de classes" e passa a sufocar pelo terrorismo toda a expressão dos interesses do proletariado e das massas populares, vendendo-lhes a utilização das instituições legais e esmagando pela força militar e policial toda a resistência.

O regime fascista não se separa só da democracia burguesa pela preponderância que dá ao terrorismo sobre a demagogia e a corrupção; ele distingue-se também nitidamente da autocracia semi-feudal, pelo extremo desenvolvimento da sua máquina estatal e para-estatal, que lhe dá meios de controle antes desconhecidos. A autocracia era por vezes muito cruel e sangrenta, mas a sua capacidade de controle sobre as massas da população ficava a perder de vista daquilo que consegue o fascismo, na época da estreita ligação entre os monopólios e o aparelho estatal.

O regime fascista significa pois uma etapa superior na ditadura burguesa, etapa que condensa as experiências acumuladas pela classe reaccionária durante o período de democracia burguesa e que procura responder com nova eficácia à ameaça do assalto do poder. O fascismo é a forma da ditadura burguesa própria da época da passagem ao socialismo à escala mundial, e por isso em quase todas as democracias burguesas hoje estão desenvolvidos germes de fascismo.

Como é natural, esta nova forma de ditadura burguesa veio alterar profundamente as relações entre o trabalho legal e o trabalho ilegal dos revolucionários, e, mais do que isso, ela requer um novo enquadramento das acções tácticas no plano estratégico geral. Ao ocupar pela força o terreno "neutral" das instituições legais e das organizações de massas, o regime fascista tende a encaminhar as acções do proletariado para o terreno da luta directa pelo poder total, tende a concentrar e polarizar as acções tácticas em torno da conquista do poder.

Antes, o proletariado revolucionário dispunha do largo terreno das organizações de massas e das instituições democráticas burguesas e era aí que se fazia predominantemente a acumulação de forças, a educação das massas, a sua ligação à vanguarda, através duma série de evoluções e manobras tácticas preparatórias do assalto ao poder. Agora, o campo das instituições legais e extremamente reduzido e todas as acções parciais são postas brutalmente na dependência do golpe estratégico principal; a educação das massas e a união do partido da classe e das massas num todo indissolúvel têm que ser feitas predominantemente na acção clandestina e na disputa directa do poder.

A ditadura fascista não anula de modo nenhum a grande importância dum aproveitamento minucioso de todas as possibilidades legais, mesmo daquelas que em regime de democracia burguesa teriam um valor secundário (os pequenos clubes, por exemplo) e que, sob o fascismo, se tornam um veículo precioso de ligação com as massas. As tremendas dificuldades da luta contra a ditadura terrorista do capital exigem que não se desperdice nenhuma possibilidade de estabelecer laços entre a organização clandestina, reduzida e flagelada pelo inimigo, e as massas da população. Mas é preciso acentuar que o factor decisivo já não está neste caso no esclarecimento das massas pela acção legal (a tirania fascista é um facto patente para todo o operário, mesmo o mais atrasado) e sim na firmeza, coerência e vigor com que se desenvolve o plano de assalto ao poder. E isto, não em resultado duma escolha arbitrária dos revolucionários, mas como consequência do novo regime de ditadura estabelecido pela burguesia.

A experiência histórica da luta antifascista na Alemanha, Espanha, Cuba, e no nosso próprio país, contém lições valiosas que há que aproveitar. Ela mostrou que, se se recusa encarar a efectiva agudização do processo revolucionário trazida pela ditadura fascista e se faz do trabalho legal um pretexto para evitar ter de enfrentar a questão angustiosa da luta pelo poder, não se pode deixar de cair, cedo ou tarde no reformismo. Foi assim que vimos em Cuba, e de pois em toda uma série de países da América Latina submetidos a ditaduras fascistas, as correntes reformistas que se pretendiam detentoras das chaves do marxismo-leninismo, continuarem a pregar a "acumulação de forças nas organizações de massas", enquanto do povo emergia um núcleo revolucionário que, descobrindo por intuição as exigências da nova situação, lhes passava por cima da cabeça e se lançava à disputa directa do poder pelas armas. A experiência mostrou quem eram os que se orientavam no sentido do leninismo e da revolução, se os sábios pregadores oficiais ou os ignorantes guerrilheiros.

Portugal apresenta nesta questão uma experiência extremamente rica. Servindo-se do aproveitamento minucioso de todas as possibilidades legais" como cortina para encobrir a sua desistência da luta pelo poder, a corrente reformista de A.Cunhal acabou por conduzir o nosso movimento revolucionário a uma situação difícil: a pretexto de "militar nas organizações de massas", abandonaram-se de facto as massas, cavando um fosso entre estas e a vanguarda; a pretexto de "acumular forças", desgastaram-se inutilmente forças, queimando os melhores combatentes em acções sem um objectivo preciso.

O entusiasmo dos reformistas pelos "Sindicatos", "Casas do Povo" e "Casas dos Pescadores", declarados "organizações de massas", (ao mesmo tempo que desprezam o trabalho nas poucas organizações de massas proletárias que subsistem: os clubes e associações desportivas e culturais) - não é casual. Quando Júlio Fogaça e Pedro Soares defendem em 1956 que se "una a classe operária dentro dos sindicatos nacionais"; quando em 1958 se propõe a "atração hábil dos dirigentes sindicais"; quando em 1961 Cunhal exige novo impulso ao trabalho sindical: eles são perfeitamente coerentes com a sua concepção reformista; eles vêm aqui a solução de compromisso ideal, que permitiria fazer da classe operária uma força de pressão eficaz sobre a burguesia liberal, sem incorrer no risco de lhes escapar ao controle.

Ir aos SN, penetrar em massa nos SN, conquistar as direcções dos SN, eis aí na opinião dos reformistas, uma bela tarefa com que o proletariado servirá a Unidade Nacional, mantendo-se ocupado durante largos anos e desviando-se de "aventuras". O seu celebrado leninismo quanto ao trabalho nas organizações "de massas" não é mais do que uma parcela do seu programa de ajuda à burguesia liberal para que esta restabeleça a democracia burguesa, o que os conduz necessariamente a empurrá-la por detrás com acções controladas do proletariado, devidamente açaimado nos SN. No fundo de tudo isto, uma única ideia-guia: abandonar a luta pelo poder.

Para uma táctica revolucionária na luta contra os sindicatos-fantoches

Enumeremos em resumo as três diferenças que nos separam do reformismo na questão dos SN:

- 1) Os SN não são uma organização legal de massas do proletariado; eles são um órgão de divisão e vigilância instalado junto do proletariado pelo governo fascista da burguesia.
- 2) Os SN não podem ser transformados em instrumentos dos trabalhadores; eles têm que ser varridos pela insurreição popular anti-fascista;
- 3) A luta junto dos SN não é um factor decisivo para a unidade da classe operária, a qual, em regime fascista, tem que ser conquistada predominantemente na acção clandestina e na luta directa pelo poder.

Estas três diferenças de apreciação conduzem, como não podia deixar de ser, a uma oposição irreconciliável entre revolucionários e reformistas no que se refere à acção prática diária junto dos SN. É o ponto que vamos tratar para concluir.

Para os reformistas, a acção diária dos trabalhadores junto dos SN deve ser intensificada por todos os meios, de modo a melhorar o "aproveitamento" destes "órgãos legais da classe operária"; para eles, cada acção junto dos SN (concentrações, petições, etc.) é já em si mesma uma "vitória", seja qual for o seu resultado; por isso, eles estão dispostos a todas as cedências para preservar o "trabalho sindical" como se fosse um tesouro precioso e afirmam que "a utilização dos Sindicatos Nacionais pode vir a tornar-se ainda muito mais importante" (A.Cunhal, "Rumo", pág. 189); por isso, eles falam nos "órgãos de classe" dos trabalhadores, como se de verdadeiros sindicatos se tratasse e abandonaram a designação tradicional de rafeiros, substituída por diferentes menções aos "dirigentes sindicais".

Para os revolucionários, pelo contrario, a acção junto dos SN é necessária só como forma de apressar o seu desmascaramento e isolamento e a passagem a formas superiores de luta; os revolucionários afirmam que as acções junto dos SN só são positivas se a sua condução e o seu desenlace contribuírem para completar a educação das massas, ensinando-lhe a reconhecer nos SN uma agência do inimigo; por isso, os revolucionários não seguem o movimento espontâneo de petições junto dos SN e procuram canalizá-lo num sentido revolucionário, impedindo os agentes "sindicais" de manejarem e enganarem a massa.

Os reformistas afirmam que a actividade junto dos SN se organiza por meios puramente legais, espalham ilusões em torno dos abaixo-assinados e das comissões legais, aclamam o funcionamento legal de uma ou outra "comissão sindical" como uma grande vitória, procuram arrastar os trabalhadores para intermináveis diligências junto das sedes dos SN, defendem a formação de "quadros preparados e prestigiados" para uma acção diária junto dos SN ("Militante", nº 130, Out. 1964).

Os revolucionários, pelo contrário, põem os trabalhadores em guarda contra as comissões legais, que são um óptimo meio para completar os ficheiros da PIDE, lutam por que se vá aos SN só em massa e não para pedir mas para protestar e manifestar; defendem a necessidade de se fazer o vazio à volta dos rafeiros fascistas e condenam os "quadros sindicais" como instrumento fornecido pela classe operária para alargar a capacidade de manobra do inimigo, como veículos do oportunismo entre as massas.

Os reformistas, receosos de comprometer as "possibilidades legais", mostram-se embaraçados e reticentes perante as acções superiores da classe operária contra os sindicatos-fantoches, como se tornou patente quando do apedrejamento e invasão da sede do SN pelos operários de Pero Pinheiro em greve (ver "Avante" de Junho e o manifesto da Direcção Regional de Lisboa dedicado a este assunto).

Os revolucionários, pelo contrário, aplaudem essas acções como grandes exemplos de maturidade proletária e defendem a necessidade de as estender a outros sectores, para dismantlar a fachada "sindical" fascista.

Quando os reformistas festejam as suas "vitórias sindicais", nós dizemos: "Nada de ilusões nos sindicatos-fantoches! Vigilância sobre eles!"

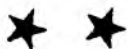
Quando os reformistas lamentam "os atrasos no trabalho sindical", nós saudamos a elevada consciência demonstrada pelos operários e todos os trabalhadores, na boicotagem dos SN.

Quando os reformistas proclamam: "Todos os trabalhadores aos sindicatos!", nós respondemos: "Todos os trabalhadores contra os sindicatos-fantoches!"

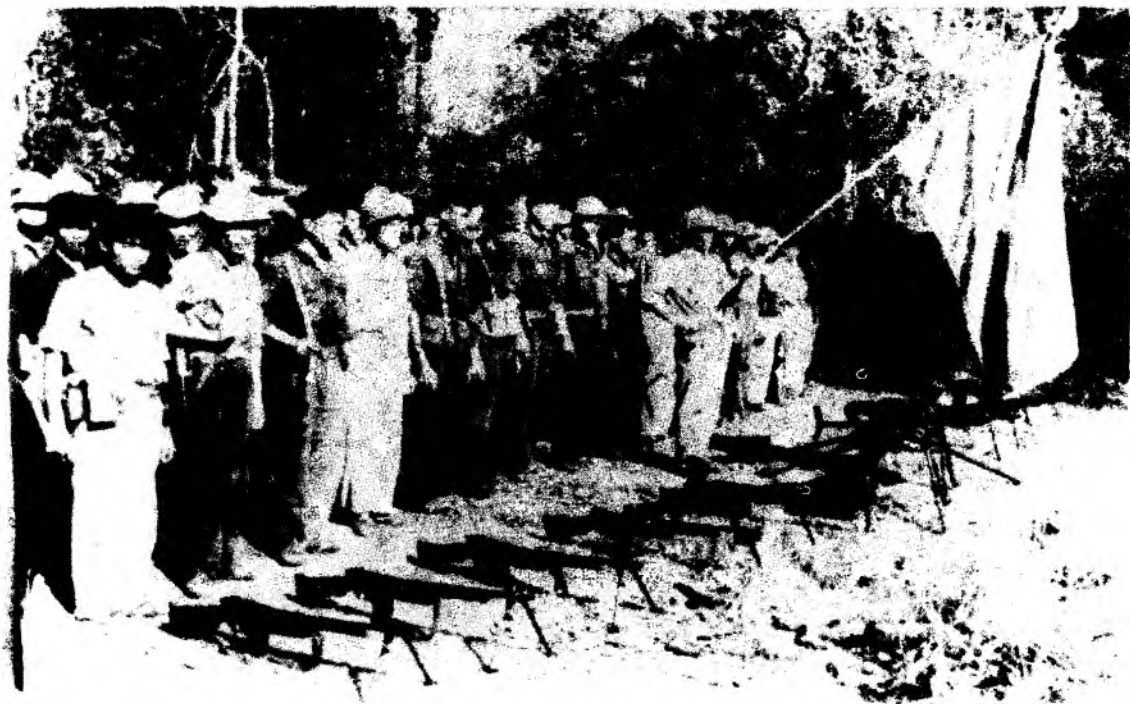
A tática comunista em relação aos SN consiste em isola-los primeiro, para depois os neutralizar e por fim os desmantelar, numa etapa superior de luta.

Isolar os SN é uma importante tarefa actual para garantir a direcção da massa pela vanguarda. E isolar os SN quer dizer desmascará-los completamente aos olhos da massa proletária e semi-proletária, cortar-lhes toda a capacidade de manobra, pôr a nu o seu carácter de órgãos policiais fascistas ao serviço da burguesia, rodeá-los dum círculo de manifestações, protestos e acções violentas por parte da classe operária. Esta é uma das bases do trabalho de massas entre o proletariado.

Um bom trabalho de ofensiva operaria contra os SN será um importante complemento à luta superior da vanguarda para abrir caminho à insurreição popular.



O PARTIDO COMUNISTA DO VIETNAME CONTRA O REVISIONISMO MODERNO



Os Estados-Unidos são actualmente os chefes do imperialismo, o centro da reacção internacional, a principal fortaleza das forças da agressão e da guerra, o inimigo número 1 da paz mundial. Conclui-se que não é cooperando com os Estados-Unidos, mas, pelo contrário, concentrando contra eles as forças que se poderia obter a paz.

O ponto de vista segundo o qual um acordo entre os chefes de Estado, em particular dos grandes estados, permitiria a resolução dos problemas internacionais dos quais depende a humanidade, procede claramente do idealismo subjectivo, porque, conforme o materialismo histórico, os problemas que decidem do destino da humanidade devem-se resolver pela luta de classes, pela luta revolu

cionária das massas, e não por uma convenção entre indivíduos ...

... Para se obter a paz é necessário apoiar-se sobretudo na luta das massas contra o imperialismo e contra a sua política de agressão e de guerra para a fazer fracassar. O imperialismo não será esmagado pelas armas nucleares, mas pela revolução das massas populares. Esta última, como condição para o seu desencadeamento, não deve esperar que o campo socialista ultrapasse o campo capitalista no terreno da produção global e da produção per capita. A Revolução de Outubro é a aurora da era da derrocada do imperialismo. Desde então os povos reuniram as condições para empreender revolução após revolução, e, sobretudo depois da segunda guerra mundial, as condições para o desencadeamento e para o triunfo das revoluções não cessam de se multiplicar.

Os Marxistas-Léninistas não se recusam de modo algum a negociar com o imperialismo, mas eles não consideram a negociação como o método suprémo, o mais eficaz, capaz por si só de resolver os problemas em conflito. As negociações devem apoiar-se na luta das massas; conclui-se que esta luta não deve ser enfraquecida pelas negociações. E se conduzem as massas a confiarem exageradamente na eficácia das negociações entre os chefes de estados, a tal ponto que criassem ilusões sobre as negociações, elas ficam passivamente na expectativa dos resultados e afrouxariam a luta política. Isto será prejudicial à causa da paz e as negociações fracassarão.

Utilizar a ameaça nuclear para elevar as negociações ao nível dum método Léninista exclusivo para a nossa época, desprezar e enfraquecer a luta das massas, é não só uma utopia mas também uma linha perigosa.

Sendo o carácter da guerra determinado pelo seu conteúdo de classe, só modificando este conteúdo de classe é que se poderá mudar o carácter.

Quando uma bomba rebenta, ela mata e fere todos os que se encontram no seu raio de acção. A observação é correcta não só para a bomba atómica mas também para a bomba vulgar. Mas porque é que a bomba explodiria? Quem é que a faz explodir, e pelos interesses de quem? Eis a questão-chave. Não é porque a bomba atómica tenha ultrapassado a bomba ordinária que a guerra perde o seu carácter de classe e os seus objectivos políticos.

Os revisionistas modernos que apresentam o problema da paz em geral, de uma maneira abstracta, desligado de todo o conteúdo de classe, aprovam qualquer paz, mesmo a "paz" anti-democrática, a "paz" imperialista, a "paz" que permite aos imperialistas de beneficiar do suor e do sangue dos trabalhadores: Sendo opostos à guerra, em abstracto, eles são contra todas as guerras, mesmo contra a guerra revolucionária, a guerra de libertação nacional. Por meio de uma manobra metafísica eles opõem a guerra à paz e procuram esconder o seu carácter de classe. Qualquer guerra, qualquer paz está ao serviço duma classe determinada. Guerra ou paz - não são mais do que meios diferentes ao serviço da política de classes entre as quais não há só contradição (diferença de meios utilizados) mas também unidade (serviço dos interesses da mesma classe).

A guerra revolucionária é a locomotriz da história. Amaldiçoar a guerra revolucionária com o pretexto da "paz", como fazem hoje os revisionistas modernos, não é mais do que um crime puro e simples para com a revolução.

A construção do socialismo no Vietname do Norte e a luta revolucionária actual dos nossos compatriotas no Vietname do Sul são um duplo aspecto da luta gigantesca de todo o nosso povo para instaurar e salvaguardar uma paz duradoura no nosso país, e contribuir para o estabelecimento e para a conservação de uma paz estável na Indochina, na Ásia do Sudeste e no mundo.

A linha do revisionismo moderno de defesa da paz enfraquece as forças em luta contra o imperialismo agressor e belicista e encoraja este último a intensificar os seus preparativos de guerra. Os revisionistas modernos temem a guerra

ra e desejam ardentemente a paz, mas objectivamente, a sua linha de acção conduzirá a resultados contrários ao seu desejo subjectivo; longe de conduzir à paz, ela não faz mais do que agravar o perigo da guerra.

Assim, todos aqueles que se preocupam em intensificar a luta pela paz e que a amam, não podem separar a luta pela obtenção da mesma da luta contra a linha da paz extremamente perigosa do revisionismo moderno.

Texto tirado das revistas "Tuyen Huan" nº4, 1964 e "Hoc Tap" nº1, 1964, pag.20-43 e pag.28-40.



RELATORIO DUM MILITANTE SOBRE UMA QUESTAO DISCIPLINAR

RELATORIO DUM

(Enviado ao P.C.P. em Maio 1965)

Graves acontecimentos aos quais me encontro ligado directamente tiveram lugar no organismo local do Partido a que pertença. Estes fenómenos a aparecerem desligados de um contexto não significariam mais do que um tumor localizado, não merecendo pois um tratamento tão profundo. Tal não é porém o caso. Considero estes acontecimentos não como um caso isolado, mas sim como o reflexo, na nossa célula, de uma situação que impera em todo o partido e que é o fruto de uma linha geral imposta a largos sectores do Partido pela sua direcção, linha essa que enferma de mais profundo e descarado "revisionismo" tanto no tocante à sua linha política geral, como em tudo o que diz respeito à sua própria vida interna.

Os acontecimentos que tiveram lugar revestem-se de uma enorme gravidade: eles são pura e simplesmente incompreensíveis e inadmissíveis num partido marxista-leninista. Por isso mesmo, eles podem constituir uma advertência séria dirigida àqueles que insistem teimosamente em banir da vida do Partido os princípios leninistas. Ao substituir-se, por exemplo, a disciplina partidária assente na fidelidade aos princípios marxistas-leninistas e à causa do povo trabalhador, por uma pseudo-disciplina de tipo metafísico mais frequente nas casernas fascistas (o que o sargento diz pode não ter qualquer sentido, mas aí do que não cumpra ...!), o único resultado que se pode obter é a denúncia dos que seguem por esse caminho anti-revolucionário, é pois uma auto-condenação, ainda que por vezes se pense o contrário.

O aspecto da disciplina não passa porém de uma das facetas, de um dos pontos doentes a analisar. Ele, como os outros, tem as suas causas, que se podem resumir, como todos sabemos, à contradição que subsiste mesmo nas fileiras comunistas (como apêndice da contradição principal que divide toda a sociedade em grupos irreconciliáveis, ou seja: à luta de classes).

Se esta contradição tem um carácter irreconciliável, outro tanto não sucede com o seu apêndice, com a manifestação ou prolongamento da luta de classes no seio da vanguarda revolucionária. Com efeito, esta última é superável. Um dos deveres precisamente de todos os comunistas é lutar para que a sua voz seja cada vez maior, para que a influência dos hábitos ou até dos princípios burgueses seja cada vez menor no seio das forças progressistas.

Num dos dias de Abril, pela noite, o camarada controlador do núcleo a que pertença deu-me a saber que eu havia sido suspenso das minhas funções.

Nenhum encontro preambular tinha precedido essa reunião, nada se seguiu a ela. A notícia sufocou-me, é a palavra. A maneira como me foi apresentado o

problema foi tão incompreensível, e a situação tão inesperada, que a minha reacção imediata se caracterizou mais pelo estupor do que pela lucidez. Cuero contudo reter três pontos que definem bem a maneira como me foi dada a conhecer a pesada sanção que me atingira e que caracterizam com fidelidade o modo como estes camaradas encaram a questão da disciplina.

O primeiro- é a política do "facto consumado" seguida neste caso: .Como disse acima, nenhuma reunião prévia fora convocada especialmente para o efeito antes do encontro com o funcionário, e nenhuma possibilidade de discussão me foi oferecida posteriormente. O segredo que rodeou tão graves deliberações foi o mais completo, e a exemplo das comédias de vaudeville em que o "marido enganado é o último a saber", eu não só fui apanhado perante o facto consumado, como fui também sistematicamente privado do meu direito estatutário de defesa. Este modo de proceder, habitual nos meios politiquieiros burgueses, nada tem de marxista-leninista. Um comunista, com efeito, não perde em momento nenhum uma ocasião de educar, de mostrar a superioridade indiscutível do seu tipo de organização. Para ele, mesmo os erros são fonte de ensinamentos válidos, quase tão preciosos como os dados pelos sucessos. Ele deixa aos políticos burgueses o monopólio da trifulhice, dos golpes baixos de bastidores. Guiado por uma ciência, o verdadeiro comunista estuda o que se poderá chamar de "experiência" com a máxima seriedade, sem recuar olhá-la de frente, os olhos nos olhos, pois sabe que essa é uma das condições para a vitória final. Para quê, pois, o recurso neste caso ao "segredinho", a fuga cobarde à realidade dos acontecimentos e à sua análise? Todos temos bem presente o modo como Lenine resolvia os seus diferendos com outros camaradas. No próprio Comité Central do Partido Bolchevique nunca ele utilizou a política do "facto consumado" para forçar os outros camaradas a seguir a sua linha. Pelo contrário, nunca ele deixou de expor claramente as situações que se formavam e as suas possíveis soluções.

O segundo- foi a confusão que se fez entre justiça e arbitrariedade. Porque assenta em princípios científicos, cujas leis são definidas por uma intrínseca relação de causa e efeito, o carácter justo de todas as medidas tomadas pelo Partido sempre foi um imperativo maior. Numa questão de disciplina, tampouco este imperativo pode estar ausente. No entanto, facto estranho!, a sanção que me feriu foi escolhida sem debates prévios, sem que eu tivesse sido objecto de uma crítica, sem que a minha conduta algum dia tivesse sido alvo de uma análise colectiva. Hoje, quando se salienta a importância do aspecto "colectivo" de todas as decisões do Partido, eu sou julgado à porta fechada, sem que um verdadeiro processo acusatório me seja feito e sem me ser dada ocasião de usar do direito estatutário de me explicar.

O terceiro- foi o ouvir o que se me pedia, ou antes: que o controleiro - foi ele quem oralmente me informou de tudo isto - me aconselhou a fazer. Após aquiescer que eu sempre me conduzira quase exemplarmente na minha qualidade de membro da nossa célula, sendo o "quase", nos seus dizeres, constituído pelo meu orgulho e pelo meu temperamento reservado, dava-me o "conselho" de me "arrepender" ("coisa que, se eu visse bem, não era tão difícil como isso e que valia a pena") de ter escrito uma certa carta, cujo teor será objecto de uma exposição mais pormenorizada.

As armas da crítica e da autocritica são alavancas poderosas nas mãos do Partido em prol do melhoramento de todos os seus elementos e da superação das suas deficiências. Esta maneira de conceber a crítica e, sobretudo, a autocritica (que eu deveria fazer) pode compreender-se num simpatizante. Nunca num "experimentado" militante. Ou terão alguma coisa a ver a crítica entendida como má-língua e a autocritica como um mea culpa apressado e autosuficiente com a crítica e a autocritica marxistas-leninistas?

Isto, quanto à maneira de apresentar o problema pelo responsável local.

Um outro facto relevante foi a falta quase absoluta de acusações fundadas

à minha conduta.

Tenho diante dos olhos os Estatutos do Partido (projecto), abertos na página em que de um modo esquemático se encontram exarados os deveres do membro do Partido. Ora tudo o que o controlleiro me relatou não contém uma acusação válida a um momento da minha conduta em que esta se tenha afastado ou ido contra os deveres de militante.

Realmente a única acusação de que fui objecto, foi a de ter escrito uma carta, dirigida a um membro do Comité Marxista-Leninista que estaria em flagrante contradição com uma circular da Comissão Executiva que estatui a aplicação automática de sanções (sic!) a quem mantenha contactos de qualquer espécie com membros dessa organização revolucionária.

Aceitemos que esta circular tenha uma existência real, de que eu duvido. O problema do fundamento da sanção que me foi aplicada nem por isso fica resolvido. Lenge disso. De facto, ainda ficaria por determinar se, com tal contacto eu teria traído o Partido e a causa de que ele deve ser o mais avançado intérprete ou não. Explico-me melhor. Hoje em dia o problema da disciplina cega no seio do Partido encontra-se singularmente complicado. Cito um exemplo. Em 1917, o Partido social-democrata alemão participava no poder de estado. A ameaça da guerra torna-se cada vez mais próxima. Um Liebknecht, uma Rosa Luxemburg, verificando que os representantes da social-democracia no governo alemão se encontravam profundamente corrompidos, decidem violar o aspecto formal da disciplina para denunciarem os pseudo-sociais-democratas que se encontravam de facto ao serviço da reacção e do militarismo imperialista alemão, e para lutarem contra a guerra eminente - e que lhes valeu a prisão e a morte. Poderão eles ser acusados de traidores por terem violado essa disciplina sem sentido, eu, pelo contrário, eles terão sido tanto mais fiéis à causa revolucionária quanto é certo que, mesmo quando a euforia reaccionária dominava quase todos, eles não hesitaram em a condenar e em afastar-se dos dirigentes traidores de um partido que de revolucionário tudo tinha perdido, excepto a fraseologia enganadora e o nome cheio de tradições?

Há um critério de verdade. Existe igualmente uma verdade objectiva. Um e outra são as únicas escalas para se aferir da justeza das posições. A disciplina, conforme Lenine salientou, só tem sentido se voltada para a defesa de uma linha objectivamente certa.

Nesmo que a tal circular exista, ainda haveria que provar- terefe impossível! - que eu tinha traído O PARTIDO (que não é que alguns dizem que o Partido é), e a causa histórica que este Partido deve servir dedicadamente. Disto, porém, ninguém me poderá acusar.

De uma gravidade muito maior, até porque se deve ter em conta a sua posição de grande responsabilidade, foi a conduta do funcionário que aqui se deslocou e que, a avaliar pelos resultados obtidos, deve ser um fervoroso adento do famoso, do tristemente famoso, senador McCarthy.

Tenho plena consciência da gravidade que envolve esta acusação. Tenho porém e igualmente plena consciência que a sua conduta não obedeceu ao que é de separar de um funcionário de um Partido Comunista, nem sequer às simples e desordenadas normas da chamada "honestidade pessoal". Senão vejamos:

- 1- Procurou ele informar-se de facto do que aqui se passava?
- 2- Preocupou-se ele em não se afastar dos moldes estatutários ao aplicar-me a sanção de suspensão?
- 3- Inquietou-se ele em corrigir os erros de que deve ter dado conta e em defender realmente a unidade do Partido?
- 4- Determinou ele uma nova orientação mais positiva e actuate?

A primeira questão respondo negativamente. Limitando-se a ouvir unicamente dois camaradas unânimes, limitou-se voluntariamente a conhecer a "sua verdade"

e não a verdade real e objectiva. Tudo o que se disse neste relatório, pôde-lhe ia ele ter ouvido e discutido imediatamente se se tivesse mostrado realmente interessado em conhecer toda a verdade. Teria sido, como se pretendeu fazer-me crer, por falta de tempo que não se encontrou comigo? Não creio, sobretudo por que o próprio facto de me ter sido escondido até ao fim o tempo e a data em que ele cá estivera me leva a tomar como fundamentada a informação segundo a qual ele cá teria passado cerca de uma semana.

Estava em jogo uma parcela, pequena talvez e sem importância, mas assim mesmo uma parcela da "unidade do partido". Ora ele não manifestou o mínimo interesse pela salvaguarda dessa "parcela" de unidade, fugindo à discussão comigo, recusando-se a estudar in loco o problema. Um preceito estatutário diz: "Ser honesto, sincero e leal para com o Partido e para com todas as camaradas e não admitir que a verdade seja escondida ou deturpada", ainda que se trate exclusivamente de uma questão "pequena", acrescento eu dentro do espírito dos Estatutos. Um funcionário poderá porém considerar-se isento da obrigação decorrente deste princípio?

A segunda questão respondo igualmente pela negativa. Com efeito, não foi respeitada a alínea e) art.10, que reza: "O membro do Partido tem o direito de participar nas reuniões do organismo a que pertence em que se tomem resoluções sobre a sua actuação ou conduta, salvo em casos especiais em que isso não seja aconselhável por motivos de defesa do Partido". Foi-me aplicada, no dizer de B, uma "sanção disciplinar", o que é confirmado plenamente pela sua atitude de completo afastamento para comigo. Mas o art.38 diz que "os membros do Partido ... são sancionados... depois de exame cuidadoso e de lhes ter sido dada a possibilidade de explicarem a sua conduta"!

A terceira questão recebe ainda uma negativa como resposta. Ao desprezar uma análise consequente da situação, o funcionário impediu-se a si mesmo de corrigir válidamente um estado de coisas defeituoso. Aplicando unilateralmente e arbitrariamente uma sanção disciplinar nada fez em defesa da unidade do Partido que tão cara deve ser a todos os militantes. Em vez disso, provocou a cisão, sob o pretexto hipócrita e falso de "cortar" o mal. O camarada funcionário poderia ter visto, se o quisesse, através de umas anotações da minha autoria a um relatório do núcleo, que eu nunca havia traído a disciplina, que nunca havia quebrado a unidade, muito pelo contrário. Na verdade ficava nessas anotações bem exarada a minha determinação de elevar a unidade ao nível que ela deve ocupar, através de uma luta constante por ela, e mediante um total repúdio de qualquer falsa unidade, apregoada para iludir as atenções dos militantes.

O funcionário não viu tudo isso porque tal não servia os seus propósitos. A sua intenção era a de "queimar a feiticeira no fogo sagrado", não a de buscar a verdade, era a de deixar a porta aberta não à justiça, mas ao acto de contrição irresponsável.

Tais métodos inquisitoriais, além de nada terem de marxistas-leninistas, não me parecem frutíferos. Nunca o foram, nem nos tempos da teocracia.

Todos estes fenómenos, cuja manifestação na vida interna do Partido, não só é compreensível, mas até "necessária" de um ponto de vista filosófico, pois eles constituem, conforme disse Lênine, um prolongamento da luta de classes nos hábitos dos militantes, não podem causar estranheza. Outro tanto não acontece com o modo como vícios tão notórios são encarados e quase protegidos e prescritos.

Um Lênine salientou perfeitamente ao longo de várias das suas obras e de anos de actividade, que é da obrigação de todos os verdadeiros comunistas analisar e criticar, para depois destruir e eliminar totalmente, todas essas manifestações. Esta análise de um ponto de vista marxista-leninista, rica pois de um espírito revolucionário, construtivo e dinâmico, é aliás a única arma e-

ficaz para se combater na raiz e debelar de um modo total tais defeitos de ac-
tuação. Toda a força e todas as potencialidades oferecidas a um partido rava -
lucionário pela "crítica e autocrítica" só poderão ser conseguidas realmente se
essa análise for cientificamente conduzida - não a quem doer! -, se as próprias
conceitos de crítica e de autocrítica não forem banalizados.

A não ser assim, todos os vícios de trabalho, além de compreensíveis e "ne-
cessários" como se disse acima, poderão tornar-se igualmente suficientemente
fortes para se imporem, no seio do Partido, como estilo de trabalho generaliza-
do, e por isso mesmo, capazes de corroer o espírito revolucionário, de corroer
e de usar a unidade e, finalmente, de constituir, peça por peça, sobre as ruí-
nas de um Partido que foi comunista, um partido burguês do proletariado, uma
quinta coluna da reacção.

A unidade, a ausência de fracções e a coesão ideológica do Partido são
condições maiores, de extrema importância para a vida do Partido, para o seu de-
sempenho do papel de vanguarda revolucionária do povo que lhe incumbe.

Foi Lênine quem o ensinou, dando-nos ao mesmo tempo um exemplo, uma lição
prática da mais pura água. Com efeito, ele indicou-nos inequivocamente que a u-
nidade, para ser efectiva, para ser actuante, só pode ser concebida alicerçada
na fidelidade incondicional à causa dos trabalhadores, enquadrada na obediên-
cia às leis que regem a vida das sociedades e de que Marx e Engels haviam de-
finido as linhas gerais, e das quais resulta a força invencível do comunismo.

Como conseguir esta valiosíssima arma que é a unidade? Lênine também no-
deixou dito: através de um esforço crítico permanente, através de um permanen-
te trabalho de conjugação da teoria e da prática, através da liquidação im-
piedosa de todas as forças que se oponham veladamente ou sem máscaras à con-
quista por parte do proletariado de uma aguda consciência de classe, a qual lhe
permitirá de constituir-se em vitoriosa força revolucionária fatora de progre-
sso.

E se Lênine lutou como ninguém por uma unidade real, também nos deu um vi-
geroso exemplo de firmeza nessa luta contra todos os cismenistas. A sua fide-
lidade, por exemplo, dirigiu-a ele cegamente para os que eram considerados os "her-
deiros" de Marx, dirigiu-a ele para os "grandes dirigentes" que eram um
Kautsky, um Bernstein, ou pô-la ele ao serviço dos princípios marxistas, da
causa histórica do proletariado?

Nunca Lênine deixou de lutar esferçadamente pela unidade, nem mesmo quando
as suas diatribes contra os que aparentemente se poderiam considerar como com-
panheiros de armas atingiam o seu tom mais ardente, amargo e duro. É que a Uni-
dade pela qual ele lutava era uma unidade real, em torno da independência ide-
ológica do proletariado, uma unidade assente em princípios sólidos e bem claros.

A sua invectiva contra os que "agrupam todos os que amam e acarinham a de-
sagregação ideológica; todos os que não se interessam em defender o marxismo;
todos os filisteus que não compreendem que em seu redor se trava uma batalha e
que não querem aprender, nem reflectir, nem procurar as raízes ideológicas do
desacordo" ganham hoje um sentido muito especial. Os dirigentes do nosso Par-
tido, em defesa da sua linha política que se foi chocar com a oposição de lar-
gos sectores do Partido, não hesitam em seguir esse caminho verberado por Lé-
nine. Em nome da unidade destroem a unidade no seio do Partido. Todos os seus
apelos não poderão esconder esta verdade, e todos os militantes se darão conta
cedo ou tarde dela.

A crítica no seio do Partido é uma arma acerada para se conseguir obter um
alto potencial revolucionário. Mas o que é feito dela? A crítica e a autocríti-
ca, através da qual se educam os próprios quadros do Partido, uma das princi-
pais forças motrizes de progresso, são as armas que impedem a putrefacção do

Partido. Entre nós, porém, elas foram sistematicamente substituídas pelo silêncio, pelo amém, pelo elogio. Em vez de se denunciarem e eliminarem as insuficiências do trabalho, de se lutar contra um certo optimismo metafísico que é de tem, contra uma enebriante (e tantas vezes falsa!) sensação de força, e - pta-se pela comadrice ou pelo silêncio. E aí daquele que saís para além desta atitude !

Centudo, e isto ninguém o poderá esconder, é quem assim precede que se coloca à margem do Partido.

No momento actual uma tarefa importante se impõe a todos os comunistas: a de bater definitivamente os destruidores do Partido e de reconstituir este: Todos os comunistas devem romper, devem cortar, devem deixar de estar juntos com os oportunistas e devem liquidar estes ideologicamente e praticamente.

A disciplina do Partido tem de ser uma disciplina de ferro. Mas nem por isso pode deixar de haver crítica e luta de ideias, nem por isso ela deve ser cega, nem por isso deve ser inconsciente e imposta. Pelo contrário: só através da crítica e da luta de ideias poderá ser conseguida a unidade de pensamento e a unidade de acção. Só através de uma submissão consciente e livremente consentida às decisões centrais, só após essa luta de ideias, é que poderão existir realmente uma unidade e uma disciplina de ferro no seio do Partido.

Não será isto, todavia, negado praticamente por acontecimentos tais como os que acabei de relatar ?

E não estará isto em aberta contradição com o que se passa, e uma escala bem mais importante, na vida interna do Partido e de que é um exemplo típico a sua "diplomacia secreta" ?

Uma das características do trabalho de Lênine era trazer, se assim se pode dizer, para a rua as suas críticas, era a de tornar assunto de discussão das massas todos os problemas que as interessavam, era a de lhes tomar constantemente o pulso, era a de denunciar constantemente junto delas as concepções (e não os homens enquanto indivíduos) mentirosas, mesmo que se encontrassem tacticamente do mesmo lado da barricada. Uma das suas maiores preocupações na prossecução desta linha de massas (partir das massas para a elas regressar) foi a de abolir a "diplomacia secreta" tão de agrado e da tradição dos políticos burgueses.

Pois uma nova "diplomacia secreta" vem instalar-se no seio do Partido. As suas relações com os seus parceiros na FPLN, de um modo mais característico as suas relações com o general Delgado, cobardemente assassinado pela PIDE, assim o deixam concluir. Um manto de silêncio envolve tudo, para aqueles que não estão na periferia dos "deuses". Tão depressa alguém é alvo de uma circular a todos os militantes apelando pela desconfiança, como no dia seguinte, sem que qualquer razão plausível ou não seja dada, se insinua esse alguém. O militante limita-se a consultar o "boletim meteorológico" se não deseja ser apanhado em falso, pois nada lhes é dito. As intrigas, as "desgraças", os elogios, toda uma gama de atitudes se sucedem cronologicamente, contraditoriamente, sem que nunca aos militantes e ao povo seja dada uma explicação, sem que as confianças deixem deser totais, um dia, sem que as desgraças deixem de ser as mais absolutas no dia seguinte. Seria doloroso relembrar o que aconteceu com o general H. Delgado, agora. Mas a lição que todos sabemos pode ser tirada. A "diplomacia secreta" que reinou nas relações que o Partido manteve com a FPLN e com o general só serviu para lançar a confusão no espírito de todos e a vergonha da atitude do Partido quando do assassinato daquele.

Este modo de encarar as relações com forças não comunistas, representantes de correntes anti-fascistas mas nem por isso firmemente revolucionárias, difere fundamentalmente de tudo quanto a teoria e a prática marxistas-leninistas nos ensinam. Em lugar de assistirmos a um processo de crítica às ideias erra-

das dos outros participantes na frente, de defesa da autonomia e independência do Partido, única garantia de um trabalho verdadeiramente revolucionário, de uma colaboração honesta e leal mas limitada por princípios inaneáveis, assistimos à realização de toda a espécie de compromissos táticos e estratégicos ("unidade para hoje e para amanhã") com a burguesia. Que encontrará o Partido ao cabo deste caminho? Só poderá encontrar a traição que os seus dirigentes, na esteira dos revisionistas clássicos e modernos, levaram a efeito metódicamente.

Per culpa dos dirigentes revisionistas do Partido, a EPLN encontra-se de facto convertida numa organização burguesa, de fundo reacccionário, sobre a qual o povo trabalhador português não pode de modo algum contar para obter a sua libertação.

O espírito da pequena-burguesia, classe que em Portugal possui muita força, exerce sobre todo o Partido uma influência constante e uma pressão contínua. Sucumbindo a esta influência que cerca o Partido de todos os lados, a sua direcção abandonou a política de alianças que dá a prioridade ao povo trabalhador e que encontra a sua expressão na aliança entre o proletariado dirigente e os camponeses, seus mais fiéis aliados, para pregar a "unidade de pensamento e de acção" com a burguesia.

A Declaração de Moscovo de 1960, em que os revisionistas se pretendem apoiar para defenderem a "colaboração de classes", se salienta que a burguesia pode desempenhar um papel progressista, em determinadas circunstâncias ou em determinados momentos, não salienta menos que ela é essencialmente instável. Será pois, o abandono da aliança com os camponeses o melhor caminho para forçar a aquela e desempenhar um papel progressista e para prevenir o seu carácter instável? Não certamente!

O abandono da expressão "revolução democrática e popular" em favor da "revolução democrática e nacional" encontra na sua base, e segundo os próprios teóricos revisionistas da "revolução nacional", a preocupação de se abandonar a via revolucionária marxista-leninista para se encaminhar a "revolução portuguesa" por uma "terceira via" que "pode conduzir ao socialismo, mas que não conduz forçosamente até ele" e em que as transformações revolucionárias se realizam muitas vezes por meio de reformas", conforme os dizeres de um desses teóricos.

As antigas teses revisionistas, conforme vemos, vestem roupas novas e são agora propostas ao nosso povo pelos "reformistas modernos" com um caminho autenticamente revolucionário...! Não corresponderá isto objectivamente à traição dos nobres ideais comunistas e da causa do proletariado português?

Na sequência desta linha pequeno-burguesa, aparece-nos igualmente a substituição da expressão "povo em armas", sem qualquer equívoco, pela nova tese "do levantamento nacional", vaga, imprecisa, sem qualquer conteúdo real.

Com efeito que sentido pode ter falar de um levantamento nacional quando ele não é cuidadosamente preparado e temperado na prática e quando é abandonado nas névoas o papel que caberá ao proletariado nesse levantamento de toda a nação?

Não só se tem de acentuar de um modo eficaz o papel dirigente do proletariado na insurreição anti-fascista, como o próprio processo insurreccional deverá ser olhado de outro ângulo. As frases não conseguem esconder esta verdade simples que é a falta de interesse que os dirigentes revisionistas manifestam pelo "levantamento nacional", pois nenhum campo é deixado à iniciativa dos diversos grupos, pois se esquece que a grande garantia da justeza da acção destes é dada "pelos imperativos inflexíveis do próprio curso da revolução" e não pelos dogmas. Cai-se, como dizia Lênine, no uso de grandes frases sobre a "organização processo, táctica processo" que só servem para justificar a indeci-

são, a falta de iniciativa. Esqueceu-se que "em tempo de guerra os recrutas instruem-se directamente no decurso das operações militares (...). Não temam reu - nir novas cohortes - exclamava Lénine- enviam-nas ao fogo! (...) Lembrem-se que qualquer atraso neste domínio faz o jogo do inimigo da social-democracia, porque as novas águas procuram uma saída imediata e se elas não encontram no ca - nal da social-democracia, precipitam-se-se no outro lado (...). Os apelos apaixo - nados a novas forças, as queixas sobre a falta de homens nas organizações soam de todos os lados (...) Falar assim é não ver, por detrás das árvores, a flo - resta, é reconhecer que o revolucionário, longe de dominar os acontecimentos na sua consciência e na sua actividade, é dominado, esmagado por eles".

O famoso "levantamento nacional" só tem servido até agora para impedir, a - través de uma certa disciplina, que os nossos dirigentes sejam ultrapassados, dominados e esmagados pelos acontecimentos e assim compelidos à reforma.

Já que falámos do abandono da aliança operário-camponesa em favor da Uni - dade com a burguesia, já que falámos no abandono da revolução popular para se entregar o produto de tantos esforços e sacrifícios do povo à burguesia, já que falámos na falsificação de que é alvo a insurreição popular, não deixarei de fo - car a traição feita ao marxismo-léninismo quanto à sua estratégia.

Aceitemos que esse "levantamento nacional" é realizado não vejo como. Ace - temos mesmo que o tal "governo provisório democrático" será instaurado a se - guir à queda de Salazar. Será conseguida sem mais a vitória do proletariado por - tuguês? Sim, deixam perceber os revisionistas portugueses, que não nos explicam como é que a burguesia se deixará "apagar" da cena da história, nem como o prole - tariado português trabalhará para conquistar o poder de Estado, para instaurar a ditadura do proletariado. Claro que dentro do quadro da "democracia nacional" tais frases como "luta de classes", "ditadura do proletariado", "socialismo" e "comunismo" não têm lugar, eu sei. Elas são substituídas pela "colaboração de classes" (de todos os portugueses honestos), pela "democracia" (eu pergunto: democracia de quem e para quem?) e sei lá por que mais. Mas nem por isso a lu - ta de classes deixa de existir, nem por isso o caminho para o comunismo deixa de passar pela liquidação total e irremediável da burguesia exploradora, atra - vés de uma "nova forma de democracia", a democracia para a maioria explorada, através de uma "nova forma de ditadura", a ditadura dos trabalhadores.

Ao deixar-se no esquecimento tudo isto, ao fazer-se crer ao povo que o tal "governo provisório democrático, que deus abençoe!" "libertará" (?) completa - mente o povo trabalhador português, está a fazer-se a maior traição aos prin - cípios do marxismo científico, está a trair-se o povo português.

A direcção do Partido, sob a pressão da burguesia nacional, tem vindo a proceder a um divórcio gradual entre as palavras e os actos, entre a teoria e a prática, levantando mais e mais o véu com que cobria a sua traição: Apoando - se numa fraseologia pseudo-revolucionária tenta vender gato por lebre, ao aban - donar pouco a pouco a via marxista-léninista para cair em posições "democratas" que se aproveitam a curto ou a longo prazo à burguesia, ao feudalismo, à reac - ção:

A direcção do Partido quer, bem vistas as coisas, levar o povo trabalha - dor português a fazer uma revolução para a entregar de mão beijada à burguesia, ao capitalismo português:

Eis a grande verdade que se esconde por detrás do pseudo-revolucionarismo oficial. Eis a grande verdade que a direcção do Partido pretende esconder a to - dos os militantes através duma pseudo-disciplina da maior ferocidade.

Perante tal facto, e ao ser-me provado à evidência que já não é possível forçar os dirigentes do nosso partido a abandonar a sua linha revisionista, pe - los únicos processos da "democracia interna", ausente dos hábitos do Partido no momento actual, só me resta abandonar as fileiras do Partido para melhor ser vir este. É esta a conclusão deste relatório.

Sou jovem. Há quatro anos que pertenço ao Partido. Há quatro anos que o sirvo o melhor que posso, com as minhas qualidades, com os meus defeitos às vezes. Esta pequena folha de serviços está recheada, porém, de sacrifícios. Isto ninguém o poderá negar.

Bater os revisionistas portugueses, reconstituir o Partido Comunista eis a grande tarefa que a todos se impõe. Não poderia, por considerações de nenhuma espécie, considerar-me isento dos deveres que me incumbem perante obra tão grande.

Se o caminho para a reconstituição do Partido e para o fortalecimento das alas revolucionárias passam pela desobediência aos dirigentes do dia, tanto pior.



A EFICACIA SEM LINHA NAO É NADA...

Nos finais de 1964, não se tinha completado ainda um ano sobre a data da sua constituição, foram presos aderentes e simpatizantes da Frente de Acção Popular. O seu mau comportamento perante o inimigo provocou um retraimento por parte de muitos camaradas, que, até então, olhavam positivamente a FAP, viam nela uma organização de "estilo novo", revolucionária na forma e no conteúdo. Hoje, esses camaradas, embora reconhecendo de que lado está a "razão teórica", reconhecendo que, de facto, é necessário lutar pela libertação da iniciativa popular da tutela da burguesia, pelo começo de acções parciais de combate que guiem os trabalhadores portugueses para a insurreição, a tomada do poder e a instauração da democracia popular, hesitam em aderir! "Afim de contas eles também falam na polícia, dão responsabilidades de controlo a quadros incapazes, mantêm o velho sistema do conhecimento de tudo e de todos", comentam e, ou abandonam, desgostosos, a luta política, ou, então, mantêm-se no Partido revisionista, talvez crentes em poderem "transformar a linha por dentro", talvez conformados com o pensamento: "estes são maus, estão errados, abandonaram a defesa dos interesses revolucionários dos trabalhadores mas, ao menos, já existem há muito tempo".

As considerações que fazem estes camaradas, se bem que simplistas (levando, por esse motivo, a posições erradas) levantam problemas a que terá interesse vir a responder. Não é essa, porém, a finalidade do presente artigo, mas sim o de constatar a justiça ou não justiça desta posição!

Num momento de confusão como o que vivemos, em que os marxistas-leninistas e os revolucionários integrados na FAP, de um lado, e toda a espécie de oportunistas, do outro, disputam, numa luta decisiva e áspera, a influência sobre as massas trabalhadoras, que atitude devem tomar os comunistas e os revolucionários em geral? Só uma: Juntar-se aos primeiros, dar o melhor de si mesmo para o traçar do caminho que conduz à vitória.

"Mas, perguntar-se-á, que garantias há de que a FAP é uma organização revolucionária e de que o Comité Marxista-Leninista serve de facto os interesses do proletariado revolucionário português?" Como se sabe então que uma organização é ou não é revolucionária? Pelo conhecimento dos fins táticos e estratégicos que cada uma prossegue, da atitude que tomam face à luta dos explorados contra os exploradores (ou seja dos interesses que de facto, defende), dos meios

que preconizam. O verdadeiro revolucionário tem de dar primordial importância às consignas, à linha política. Do mesmo modo, a atitude perante a luta de classes, a conquista do poder, a política de alianças, a violência revolucionária, a ditadura do proletariado, o internacionalismo proletário, etc., separam verdadeiros dos falsos comunistas.

Se há ou não um bom trabalho, é importante, mas não é o aspecto principal. Trabalhar bem (enão é esse o caso das outras organizações) por um objectivo que não serve os interesses da revolução não pode interessar os revolucionários. Trabalhar bem (ou, pelo menos, não mal) trabalharam os reformistas do princípio do século e nem por isso deixaram de ser renegados pelos revolucionários de então. O mau trabalho, as deficiências, os erros, corrigem-se a partir de uma correcta posição de princípios, de uma linha justa, e não o contrário ...

Os que reconhecem nós o esforço ideológico, a procura de uma análise baseada na situação e hesitam em integrar-se porque houve deficiências na fase inicial de organização, porque não se conseguiu transformar a impaciência anárquica, em decisão revolucionária, porque se confiou na espontaneidade, porque se lançaram várias palavras de ordem, quer precipitadas, quer susceptíveis de serem mal interpretadas, não seguem um critério justo de análise. Tomam o secundário pelo principal, donde o não consideram como fundamental o que eles próprios acham positivo no C.M.L. e na FAP. Aliás, que outra coisa é, senão uma forma de oportunismo, a ideia de que a eficácia na luta anti-fascista é de modo algum independente da linha de orientação, a ideia de que, sob o fascismo, as questões de orientação recuam para segundo plano e o que predomina é a acção prática e a organização? Esquecer isto seria esquecer a luta de Lenine contra os revisionistas de então, contra a ideia, expressa por Bernstein "o movimento é tudo, o objectivo não é nada".

De resto, o que aconteceu, sob o ponto de vista marxista-leninista, será algo de verdadeiramente anormal e inesperado, fora de um contexto revolucionário? Parece-nos bem que não. O CML e a FAP defendem uma linha que é nova em Portugal, uma linha de que não há qualquer experiência, uma linha que terá de evoluir e desenvolver-se passando por fases, de mãos dadas com a experiência. E a primeira fase não pode deixar de ser a infantil, caracterizada por uma série de erros, por um espírito indisciplinado, uma ausência de unidade e centralização... E cada nova fase dará origem a novos tombos em que poderemos "aleijar-nos" mais ou menos, mas que serão sempre inevitáveis. A esta conclusão já Lenine chegara quando afirma que "Toda a nova forma de luta, implicando novos perigos e novas vítimas, "desorganiza" forçosamente as organizações que não estão preparadas para isso. Os nossos antigos círculos de propagandistas foram desorganizados quando passaram à agitação. Os nossos comités foram desorganizados, quando por seguimento, se veio para as manifestações. Toda a operação militar, não importa em que guerra é causa de uma certa desorganização nas fileiras dos combatentes. Não é necessário concluir que não se deve combater. É preciso somente concluir que se deve aprender a combater. Eis tudo." ("A Guerra, de Guerrilhas")

Isto não quer dizer que os marxistas-leninistas declinem a responsabilidade de que têm nas prisões de Novembro. Eles sabem que foram os principais responsáveis do que aconteceu e poderão sê-lo do que ainda vier a acontecer. O que defendem é o facto positivo de as "quedas" serem dadas porque se quer aplicar, lançar e aperfeiçoar uma linha justa no essencial, e não porque se persiste em prosseguir uma linha oportunista e, portanto, contrária aos interesses dos trabalhadores portugueses.

A luta pelo conhecimento da situação nacional (até hoje desprezada ou distorcida), das tarefas que se põem ao desenvolvimento da revolução democrática e popular; a luta pela compreensão das responsabilidades de cada um na revolução, das ligações e diferenças entre o trabalho legal e ilegal; a luta pelo empreendimento da acção violenta; a luta pela consolidação do trabalho de direc-

ção e de controle, pela maior ligação direcção-base; não são fáceis. São mesmo difíceis. Tanto mais quanto os marxistas-leninistas e a FAP se organizarem em condições particulares, entre o fogo cruzado da perseguição das forças de repressão e do ódio e denúncia do partido de Cunhal; tanto mais quanto é geral o baixo nível político, quanto a revolução terá que ser iniciada por quadros que não estão "prontos", "feitos", quanto a herança de 40 anos de luta é de dívidas e não de crédito.

Com os camaradas em questão ou sem eles, a revolução far-se-á, os problemas serão resolvidos. A sua participação imediata, a sua contribuição para a correção dos erros e deficiências que ainda existem, teriam no entanto, a vantagem de apressar todo o processo de desenvolvimento da revolução.

■ ■ ■

PARA UM ESTILO BOLCHEVIQUE

"Há dois grupos de marxistas. Ambos trabalham sob a bandeira do marxismo e se consideram marxistas autênticos. Contudo, nada têm de idênticos. Mais ainda: separa-os um abismo, porque os seus métodos de trabalho são diametralmente opostos.

"O primeiro grupo limita-se geralmente a uma aceitação exterior, a um reconhecimento cerimonioso do marxismo. Sendo incapaz ou não desejando alcançar a essência do marxismo, sendo incapaz ou não desejando traduzi-la na realidade, converte os princípios vivos e revolucionários do marxismo em fórmulas sem vida e sem sentido.

Baseia as suas actividades, não na experiência, não nos ensinamentos do trabalho prático, mas em citações de Marx. Deduz as indicações e directivas, não da análise da realidade viva, mas de analogias e paralelos históricos. De sacordo entre as palavras e os actos, tal é a principal doença de que padece este grupo.

Dai as suas decepções e o seu eterno descontentamento com o destino que a cada momento lhe põe partidas de mau gosto, deixando-o "com o rabo entre as pernas".

São conhecidos por mencheviques (na Rússia) ou por oportunistas (na Europa). O camarada Tysko-Loguiche descreveu esse grupo muito bem no Congresso de Londres, quando disse que ele não se apoiava sobre a plataforma marxista mas jazia sob ela.

O segundo grupo, pelo contrário, dá especial importância não ao conhecimento exterior do marxismo mas à sua aplicação, à sua realização. Determinar de acordo com a situação os caminhos e os meios para realizar o marxismo, modificar esses caminhos e esses meios quando a situação se modifica, é isto o que merece principalmente a atenção deste grupo.

Ele não deduz as directivas e indicações de analogias ou de paralelos históricos, mas sim do estudo das condições ambientes. A sua actividade não se apoia em citações e sentenças, mas sobre a experiência prática por meio da qual comprova cada um dos seus passos, tirando lições dos seus próprios erros e ensinando os outros a edificar uma vida nova.

É por isto que na actividade deste grupo a acção não diverge da palavra,

e a doutrina de Marx conserva inteiramente a sua força revolucionária viva. A este grupo aplicam-se plenamente as palavras de Marx segundo as quais os marxistas não podem contentar-se em interpretar o mundo, mas devem ir mais longe e transformá-lo.

Este grupo é conhecido como o dos bolcheviques, o dos comunistas e o seu organizador e chefe é V.I. Lénine."

STÁLINE

"Devemos cultivar dentro do Partido a prática de raciocinar. O critério para determinar se este ou aquele raciocínio é bom, está em saber se ele corresponde aos interesses do Partido e da luta proletária, se subordina os interesses da parte aos interesses do todo, se subordina os interesses imediatos aos interesses a longo prazo. São bons todos os raciocínios e pontos de vista que beneficiam os interesses do Partido a longo prazo e tomados no seu conjunto e os interesses da luta proletária no seu conjunto. Em caso contrário não são bons.

Qualquer luta que não se submeta à razão ou que não tenha razão de ser, é uma luta sem princípios. Qualquer coisa que não pode ser solucionada pela razão, deve estar errada, e em tais casos não se pode chegar a uma conclusão correcta nem a uma solução. Certos intelectuais são dados a convencões ocultas e a raciocínios enganadores. São capazes de falar muito bem sem se basearem em factos. São capazes de falarem sobre qualquer assunto. As suas palavras são ocultas, são gíria partidária sem qualquer utilidade, pelo contrário, são prejudiciais ao Partido e à Revolução. Portanto, ao promovermos a prática de submeter as coisas ao raciocínio, devemos opor-nos a convencões ocultas e à gíria partidária, e defender raciocínios materialistas e objectivos que venham da realidade e se destinem à prática. Isto quer dizer que as nossas teorias são materialistas.

Os bolcheviques submetem-se à razão e são defensores da verdade. São uma espécie de gente que compreende claramente o raciocínio e lida com os outros com seriedade e de acordo com esse raciocínio."

LIU CHAO-CHI, "A luta interna no Partido"



Além das três delegações que se deslocaram à China e à Albânia, como tínhamos anunciado no nº 5 da "Revolução Popular", duas outras delegações do Comité Marxista-Léninista Português efectuaram visitas às Repúblicas Populares da China e da Albânia.

As duas delegações que, além de longas reuniões de trabalho com os camaradas chineses e albaneses, visitaram demoradamente as importantes transformações socialistas e as realizações revolucionárias efectuadas nos dois países depois da tomada do poder pela classe operária armada, tiveram ocasião de trocar impressões com os dirigentes do Partido Comunista da China e do Partido do Trabalho da Albânia.)

As longas trocas de impressões entre os marxistas-léninistas portugueses e o Partido Comunista Chinês e o Partido do Trabalho da Albânia, serviram não só para estreitar a sólida e firme amizade revolucionária baseada no internacionalismo proletário, mas também conduziram a uma inteira unanimidade de pontos de vista sobre a luta anti-revisionista, anti-imperialista e anti-colonialista.



... Em vez de decidir uma vez todos os 3 ou 6 anos que membro da classe dirigente devia "representar" e esmagar o povo no Parlamento, o sufrágio universal devia servir o povo constituído em comunas ...

... A Constituição Comunal restituira ao corpo social todas as forças até então absorvidas pelo Estado parasita que se alimenta sobre a sociedade e lhe paralisa o livre movimento .

... A Comuna realizou a palavra de ordem de todas as revoluções burguesas, o governo barato, abolindo essas duas grandes fontes de despesas : o exército permanente e o funcionalismo de Estado.

... O seu segredo, ei-lo : era essencialmente um governo da classe operária, o resultado da luta da classe dos produtores contra a classe dos exploradores, a forma política finalmente encontrada que permitia a realização da emancipação económica do Trabalho.

... Uma vez o Trabalho emancipado, todo o homem torna-se um trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe .

... A Comuna visava à abolição desta propriedade de classe, que faz do trabalho da maioria a riqueza da minoria. Ela visava à expropriação dos exploradores. Ela queria fazer da propriedade individual uma realidade, transformando os meios de produção, a terra e o capital, hoje essencialmente meios de escravidão e de exploração do trabalho, em simples instrumentos de um trabalho livre e associado .

KARL MARX

(Extractos de: "A Guerra Civil em França em 1871 ")

(1) " Coisa extremamente característica: é precisamente esta correcção essencial que os oportunistas desnaturam e os 9/10 , ou mesmo 99% dos leitores do "MANIFESTO COMUNISTA", ignoram certamente o seu sentido. Nós falaremos em detalhe desta deformação, mais tarde, num capítulo especialmente dedicado a estas deformações. Basta-nos pelo momento notar que a "interpretação" corrente, vulgar, da famosa fórmula de Marx citada por nós, é esta: que Marx teria sublinhado nesta passagem a ideia duma evolução lenta, em oposição à tomada do poder .

Em realidade, o contrário é que é a verdade. A ideia de Marx é esta: que a classe operária deve QUEBRAR, DEMOLIR, a "máquina do Estado preparada" e não se limitar simplesmente a tomá-la."

(LENINE : " O Estado e a Revolução ")



A DITADURA DO PROLETARIADO NA COMUNA DE PARIS DE 1871

Na madrugada de 18 de Março, Paris foi despertada por este grito retumbante: VIVA A COMUNA ! O que é então a Comuna, essa esfinge que tanto preocupa a compreensão burguesa ?

"Os proletários da capital - dizia o Comité Central no seu manifesto do 18 de Março - no meio das fraquezas e das traições das classes governamentais, compreenderam que, para eles, tinha chegado a hora de selvarem a situação tomando nas suas mãos a direcção dos negócios públicos... O proletariado... compreendeu que tinha o direito imperioso e o direito absoluto de dirigir os seus destinos, e de assegurar o triunfo tomando o poder."

Mas a classe operária não pode contentar-se em tomar a máquina de Estado tal como ela existe⁽¹⁾ e de pô-la a funcionar no seu interesse.

O poder centralizado do Estado, com os seus órgãos, presente em todos os lados : exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura, órgãos criados segundo um plano sistemático e hierarquizado de divisão do trabalho, data da época da monarquia absoluta, onde ele servia à burguesia nascente como uma arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo.

... à medida que o progresso da indústria moderna desenvolvia, alargava, intensificava o antagonismo de classes entre o capital e o trabalho, o poder do Estado tomava cada vez mais o carácter dum poder público organizado tendo por objectivo a escravidão social, dum aparelho de dominação de classe.

... Em presença da ameaça do levantamento proletário, a classe possuidora unida utilizava então o poder de Estado, sem contemplação e com ostentação, como máquina de guerra nacional do Capital contra o Trabalho.

... A antítese directa do Império foi a Comuna. O grito de " República Social " pelo qual a revolução de Fevereiro tinha sido proclamada pelo proletariado de Paris, não exprimia mais do que uma vaga aspiração a uma República que devia não só abolir a forma monárquica de dominação de classe, mas a dominação de classe mesmo. A Comuna foi a forma positiva desta República.

... Tinha-se desembaraçado do exército e tinha-o substituído por uma guarda nacional, composta na sua maioria por operários ... O primeiro decreto da Comuna foi pois a supressão do exército permanente, e a sua substituição pelo povo em armas.

... Em vez de continuar a ser o instrumento do governo central, a polícia foi imediatamente desprovida dos seus atributos políticos e transformada num instrumento da Comuna, responsável e revogável a todo o momento. Passou-se o mesmo com os funcionários de todas as outras repartições administrativas.

... Uma vez abolido o exército permanente e a polícia, instrumentos do poder material do antigo governo, a Comuna deu-se ao trabalho de destruir o instrumento espiritual da opressão, o poder dos padres : ela decretou a dissolução e a expropriação de todas as Igrejas na medida em que elas constituíam corpos possuidores.